

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**MARINA MONTAUTTI**

**ECOTURISMO MARÍTIMO:  
UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAMPECHE – FLORIANÓPOLIS – SC**

**FLORIANÓPOLIS**

**2008**

**MARINA MONTAUTTI**

**ECOTURISMO MARÍTIMO:  
UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAMPECHE – FLORIANÓPOLIS – SC**

Trabalho de Conclusão de Estágio apresentado à disciplina Estágio Supervisionado - CAD5236, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração em Administração Geral.

Professor orientador: Luís Moretto Neto

**FLORIANÓPOLIS**

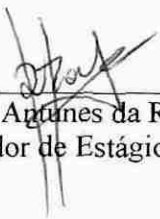
**2008**

**MARINA MONTAUTTI**

**ECOTURISMO MARÍTIMO:**

**UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAMPECHE – FLORIANÓPOLIS – SC**

Este trabalho de Conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado e sua forma final pela Coordenadoria de Estágio do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2008.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Rudimar Argunes da Rocha.  
Coordenador de Estágios

Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos professores:

  
\_\_\_\_\_  
Luís Moretto Neto  
Orientador

\_\_\_\_\_  
Nome do Professor(a)  
Membro

\_\_\_\_\_  
Nome do Professor(a)  
Membro

## **AGRADECIMENTO**

Aos meus pais, pelo apoio em toda a minha vida.



## RESUMO

MONTAUTTI, Marina. **Ecoturismo Marítimo: um estudo de caso na Ilha do Campeche**. 2008. 80f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

É incontestável a importância da sustentabilidade na prática do turismo, evitando que esta seja predatória e ponha em risco o patrimônio ambiental. Neste contexto, o planejamento e gerenciamento do ambiente turístico são fundamentais, pois permitem fiscalizar e controlar o local, além de estipular a capacidade de carga que o mesmo comporta, visando à preservação ambiental. Nesta realidade surge o ecoturismo, que consiste em um dos meios de conservar a diversidade ecológica, oferecendo maior valor econômico para a conservação da flora e da fauna. Este trabalho objetivou diagnosticar as atividades de ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche, Florianópolis, considerando-se a dimensão territorial como fator limitante da análise. Quanto à metodologia aplicada, o estudo caracterizou-se, quanto aos fins, como uma pesquisa predominantemente qualitativa, exploratória, descritivo-explicativa, teórico-aplicada e estudo de caso. Em relação à classificação quanto aos meios, propôs-se: pesquisa de campo, documental, bibliográfica e *ex-post facto*. Pôde-se caracterizar a pesquisa como sendo teórico-aplicada, pois agregou os conhecimentos teóricos no estudo de campo, a fim de propor alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo marítimo sustentado na Ilha do Campeche. A coleta de dados junto ao sujeito da pesquisa consistiu em entrevista com o presidente da Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche. Dentre os resultados atingidos com esse estudo, identificou-se que a ilha apresenta grande quantidade e diversidade de características que lhe dão interesse turístico, capaz de motivar uma importante corrente de visitantes; baixa concentração de coliformes nas águas ao seu redor; pesca artesanal predatória; perturbação da vida marinha do fundo do mar; e ausência de poluição por contaminação da água superficial em decorrência do lixo. Propôs-se a implantação de um trapiche e de um centro de visitantes na ilha; que as informações sobre a ilha e atividades nela permitidas e proibidas já sejam fornecidas aos visitantes nas próprias embarcações, antes da chegada na ilha, e que seja realizada a contagem de visitantes provenientes de embarcações particulares. Por fim, pôde-se afirmar que há ações de preservação ambiental na Ilha do Campeche por meio da fiscalização e controle do espaço; da capacitação de monitores ambientais; da reciclagem, compostagem e retirada diária do lixo; da limpeza anual das fossas e das caixas de gordura; da informação e acompanhamento de visitantes; da parceria com o Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina para levantamento da situação atual da biodiversidade da ilha; e da elaboração de seu plano de gestão ambiental. Desta forma, conclui-se que estas ações realizadas pelos órgãos responsáveis pelo gerenciamento da Ilha do Campeche seguem os princípios do turismo sustentável.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Ecoturismo; Poluição das águas.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1.1 Objetivos</b> .....	8
1.1.1 Objetivo Geral.....	8
1.1.2 Objetivos Específicos.....	9
<b>1.2 Justificativa</b> .....	9
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	11
<b>2.1 Desenvolvimento Sustentável</b> .....	11
<b>2.2 Turismo</b> .....	14
2.2.1 Os bens e serviços de infra-estrutura do turismo.....	16
2.2.2 Impactos ambientais das atividades humanas.....	17
2.2.3 Poluição das águas.....	21
<b>2.3 Turismo Sustentável</b> .....	23
2.3.1 Origem.....	24
2.3.2 Benefícios.....	26
<b>2.4 Ecoturismo</b> .....	29
2.4.1 Ecoturismo – Do diagnóstico ao planejamento.....	32
2.4.2 O ecoturismo e o paradigma do desenvolvimento sustentável.....	37
<b>2.5 Planejamento Turístico</b> .....	41
2.5.1 Inventário do Patrimônio Turístico.....	41
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	44
<b>3.1 Abordagem e tipo de estudo</b> .....	44
<b>3.2 Instrumento de pesquisa e coleta de dados</b> .....	45
<b>3.3 Universo e sujeito da pesquisa</b> .....	46
<b>3.4 Limitações</b> .....	47
<b>4 ANÁLISE</b> .....	48
<b>4.1 Caracterização da Ilha</b> .....	48
<b>4.2 Sítios Arqueológicos</b> .....	49
<b>4.3 A Ilha do Campeche: Patrimônio Nacional</b> .....	50
<b>4.4 Campeche: a Ilha de Páscoa do Atlântico</b> .....	51
<b>4.5 Ocupação humana</b> .....	52
<b>4.6 Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche</b> .....	53
<b>4.7 Associação dos Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul</b> .....	56
<b>4.8 A Associação dos Monitores Ambientais do Sul da Ilha de Santa Catarina</b> .....	57

4.9 Gestão Pública .....	58
4.10 Termo de Ajuste de Conduta .....	60
4.11 Visitação pública da Ilha do Campeche.....	61
4.12 O ambiente marítimo .....	65
4.13 Análise do trabalho de monitoria ambiental na Ilha do Campeche .....	66
4.14 Identificação dos pontos turísticos e degradação ambiental com o ecoturismo .	70
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE – Entrevista .....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação ambiental decorrente do uso indiscriminado de recursos naturais tem levado governos, empresas e a sociedade em geral a repensar suas formas de produção, incorporando estudos de impacto ambiental em seus novos projetos. Entretanto, o que se observa neste sentido está longe de ser o desejado. A destruição do meio-ambiente continua em ritmo acelerado, movida pela ganância e falta de consciência ecológica de alguns atores sociais.

Como exemplo, pode-se citar, na própria Ilha de Santa Catarina, a invasão de um grande empreendimento hoteleiro sobre o costão direito da praia do Santinho, o qual cada vez mais avança sobre a mata virgem; além da construção de um *shopping center* sobre um mangue da cidade.

O turismo pode vir a ser uma atividade alternativa na busca do desenvolvimento sustentável de um país, estado ou município. Seu principal produto é a natureza e, por conseqüência, deve haver o interesse da atividade turística em mantê-la "saudável".

Entretanto, a atividade turística também causa impactos ambientais, podendo transformar em mercadorias os últimos recantos de natureza intocada de uma região. O turismo desordenado e de massa não manterá a natureza "saudável", mas sim um turismo que venha ao encontro das idéias do desenvolvimento sustentável. Destaca-se então o ecoturismo, que é uma atividade que tem como cenário a natureza, e é orientada pelos princípios de sustentabilidade.

O ecoturismo é voltado para ambientes nativos e caracteriza-se pela interação entre o homem e a natureza. Esse tipo de turismo apresenta grande potencial para gerar desenvolvimento econômico e social, colabora na preservação e na conservação de áreas naturais de importância global e busca a formação de uma consciência ambientalista. Deve ser planejado e acompanhado para não se tornar apenas mais uma exploração meramente *mercadológica disfarçada com um discurso ecologicamente correto*. Desta forma, deve-se utilizar os recursos naturais de forma a não destruí-los ou prejudicá-los, seguindo o conceito do desenvolvimento sustentável.

De acordo com a *World Tourism Organization* (WTO) o ecoturismo é o tipo de turismo que mais cresce no mundo, não sendo diferente no Brasil. O desenvolvimento deste mercado é proporcionado pelo retorno do homem à natureza, buscando encontrar a paz e a tranqüilidade que já não existem mais nos centros urbanos; praticar esportes junto à natureza; e pela preocupação cada vez maior com a degradação ambiental.

Desta forma, o ecoturismo torna-se uma opção atraente para as regiões em desenvolvimento, já que utiliza os recursos naturais e a mão-de-obra local. Isso viabiliza *projetos adequados ao meio ambiente*, assim como o engajamento dos moradores da região na exploração da atividade turística. Localidades ricas em áreas naturais, mas em situação desfavorável em questões de produtividade, são locais prioritários no desenvolvimento do ecoturismo.

A Ilha de Santa Catarina é um pólo de ecoturismo no estado de Santa Catarina. Sua diversidade ambiental, com praias, dunas, montanhas, lagoas e unidades de conservação, apresenta grandes oportunidades para o desenvolvimento do mesmo.

Dentro dessa perspectiva, o presente estudo teve como intuito analisar a atual situação do ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche.

O problema de pesquisa a ser respondido por esse estudo foi: **Qual a atual situação do ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche?**

## **1.1 Objetivos**

De acordo com Goode (1979), é fundamental que haja a definição clara dos objetivos do estudo, e estes devem ser completamente interligados e restritos à solução do problema de pesquisa.

Os objetivos propostos para este trabalho são agrupados em objetivo geral e específicos, e estão expostos a seguir, delimitando o processo do estudo a ser realizado.

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Diagnosticar as atividades de ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche, Florianópolis, no período de agosto a outubro de 2008, considerando-se a dimensão territorial como fator limitante da análise.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo geral venha a ser alcançado é importante que os objetivos específicos sejam bem definidos. Para esse estudo definiu-se, portanto, os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a Ilha do Campeche, com base no estudo do Prof. Roberto Boullón (1985) "Planejamento do Espaço Turístico";
- b) Analisar os impactos do processo de desenvolvimento econômico sobre o ambiente de ecoturismo marítimo da Ilha do Campeche;
- c) Propor alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo marítimo sustentado na Ilha do Campeche.

## 1.2 Justificativa

Um estudo, para que seja válido, deve atender a três critérios básicos, sendo esses, segundo Castro (1978): importância, oportunidade e viabilidade.

A importância, segundo Castro (1978, p.61):

... está de alguma forma ligada a uma questão crucial que polariza ou afeta um segmento substancial da sociedade. Um tema pode também ser importante se está ligado a uma questão teórica que merece atenção continuada na literatura especializada. A seleção mais delicada e difícil teria a ver com os temas novos, que ninguém preocupa, seja teórica ou prática, mas que contém potencial de vir a interessar ou afetar muita gente.

A presente pesquisa teve como objetivo principal diagnosticar as atividades de ecoturismo na Ilha do Campeche, em Florianópolis – SC, no período de agosto a outubro de 2008, considerando-se a dimensão territorial como fator estruturante da análise. A importância do estudo está em fornecer informações concretas a respeito das atividades de ecoturismo atualmente desenvolvidas na Ilha do Campeche. Tendo em vista que o futuro dos recursos naturais é indeterminado, cabe ao administrador criar caminhos para que as atividades de ecoturismo sejam realizadas sempre de forma a conservar a natureza.

Sendo assim, o presente estudo visa desenvolver uma avaliação da realidade do ecoturismo de modo que permita à acadêmica uma conciliação teórico-empírica, unindo as bibliografias com a prática observada. Esta união é importante primeiramente para a aluna, pois visa enriquecer a sua base de conhecimento através de sua integração na realidade do ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche e desenvolvendo suas habilidades e

competências. Ao mesmo tempo permite tornar clara a realidade das atividades de ecoturismo à sociedade, trazendo a possibilidade de uma pessoa imparcial e alheia aos processos existentes, avaliar e propor ações de melhoria, caso seja necessário.

A oportunidade da pesquisa pode ser observada pelo fato da Ilha do Campeche ser um atrativo com elevado potencial turístico, o qual merece devida atenção visando à conservação de seus recursos naturais. E o último aspecto é a viabilidade. De acordo com Goode (1979) o pesquisador deve saber se a realização da pesquisa é viável ou não, de acordo com os recursos necessários para realizá-la, como financeiros e humanos, bem como a disponibilidade de informações e a teorização do tema.

Este estudo tornou-se viável devido à disponibilidade de informações sobre as atividades de ecoturismo e aos baixos recursos financeiros envolvidos. Da mesma forma, encontrou-se uma grande disponibilidade de informações através de dados secundários diversos sobre a problemática envolvida.

Por fim, se bem utilizado, este estudo pode ser uma grande ferramenta de crescimento tanto para a pesquisadora quanto para a sociedade de Florianópolis.



## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Segundo Tomanik (1994), essa etapa pretende aprofundar os conhecimentos teóricos sobre o tema, tomar conhecimento, com detalhes, das várias posições existentes sobre o mesmo, levantar os pontos de concordância e discordância das várias posições, confrontando as colocações de vários autores entre si, com as próprias conclusões do pesquisador, estabelecendo, dessa maneira, a base teórica para a continuação do projeto.

No primeiro tópico, é discutido o desenvolvimento sustentável e, para finalizar essa sessão, foram desenvolvidos assuntos sobre turismo, ecoturismo, planejamento turístico e poluição das águas.

### **2.1 Desenvolvimento Sustentável**

A degradação do meio ambiente tem seu marco histórico na Revolução Industrial, caracterizada pela produção em larga escala. Neste momento da civilização, a produção em série utilizava todos os recursos disponíveis, sem preocupação com a sua preservação.

Apesar de a sociedade, e interesses essenciais dentro dela, estar há muito tempo preocupada com a melhor forma de utilizar e conservar os recursos naturais, foi no século XX e no mundo globalizado no novo milênio que passou-se a perceber a forma pela qual tudo está ligado. Ambiente, economia e sociedade estão indissociavelmente unidos (HALL, 2001).

A tomada de consciência a respeito da degradação do meio-ambiente levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a realizar a Conferência Mundial de Estocolmo sobre o Meio Ambiente de 1972, sendo um importante ponto da conscientização que começava em termos de políticas de meio ambiente (DUTRA, 2003).

De acordo com o autor, o termo desenvolvimento sustentável começou a ser utilizado na esfera empresarial com a preocupação do esgotamento dos recursos naturais do planeta a partir da década de oitenta. Deste então, muitos autores vêm escrevendo sobre o tema, e muitas teorias estão sendo desenvolvidas. O ponto central da discussão concentra-se em encontrar um ponto ótimo entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Green & Growing (1998) afirmam que o conceito de desenvolvimento sustentável é um processo de decisão, baseado em um consenso, no qual o impacto das atividades econômicas, o meio ambiente (ecossistema) e a saúde da sociedade estão integrados e equilibrados, sem comprometer a capacidade das gerações presentes e futuras satisfazerem



suas necessidades, de modo que possam ser sustentados no futuro. A ênfase da ecologia está na origem do termo sustentável, quando da procura do equilíbrio entre os ritmos de extração que assegurem um mínimo de renovabilidade para os recursos; a ênfase na economia acarreta a busca de estratégias que visem à sustentabilidade do sistema econômico; e a ênfase no social visa criar as condições sócio-econômicas da sustentabilidade.

Segundo Redclift *apud* Hall (2001) o termo desenvolvimento sustentável sugere que as lições da ecologia podem e devem ser aplicadas aos processos econômicos. Já de acordo com Maimon (1999), o desenvolvimento sustentável é mais do que um novo conceito. É um processo de mudança, no qual a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das gerações futuras.

O Relatório Brundtland (Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento) *apud* Cooper (2001) define sustentabilidade como atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades.

Hall (2001) defende que o desenvolvimento sustentável se baseia em dois princípios essenciais:

- a) “a equidade intergeracional exige que se legue uma certa quantidade de ‘capital’ para a próxima geração, com sua suposta capacidade de produzir bem-estar pelo menos equivalente ao usufruído no presente”(COWELL E OWENS *apud* HALL, 2001, p. 23); e
- b) As capacidades biofísicas não são infinitamente elásticas. Nem todas as formas de capital podem ser trocadas por outras – “Algumas funções do meio ambiente são vitais e insubstituíveis, portanto, a atividade social e econômica deve ser administrada de modo que pelo menos conserve esse ‘capital ambiental crítico’, que não apenas protege aspectos essenciais, mas também conserva o valor atual do estoque de capital ambiental”(COWELL E OWENS *apud* HALL, 2001, p. 23).

Hall (2001) afirma que tal interpretação é significativa porque, ao ser compreendida em função da conservação do capital ambiental, a sustentabilidade mostra sua relação com o conceito mais antigo de “limites de crescimento” e “capacidade”.

Isso não significa que o crescimento seja necessariamente limitado, mas sugere que, a fim de ser sustentável no longo prazo, sua natureza deve respeitar as restrições impostas pela necessidade de manter intacto o capital ambiental crítico (e, de acordo com algumas interpretações, o valor total do estoque de capital ambiental)” (COWELL E OWENS *apud* HALL, 2001, p. 23).

A responsabilidade das empresas com relação ao meio ambiente nasce no momento em que estas manejam os recursos naturais, e são responsáveis pelo seu uso, aproveitamento e destinação de resíduos.

Ao invés de produzir materiais que poderão ser reciclados, deve-se optar por aqueles que possam ser reutilizados; e os que serão colocados em aterros sanitários poderiam ser transformados em energia através da incineração. Assim, reduzir-se-ia o volume de resíduos já no início do processo produtivo, estendendo-se para as demais etapas da cadeia produtiva. Outro fator de relevância refere-se ao modelo de produção, que deve ser realizado mediante a utilização da menor quantidade de energia e materiais possível, com o objetivo de gerar menos resíduos (DEMAJOROVIC, 1995, P. 43).

Porém, a moderna visão da empresa, em relação ao seu ambiente, é muito mais complexa, pois ela é vista como uma instituição sócio-política. A linha de demarcação entre empresa e ambiente é vaga e ambígua. Essa visão é o resultado de uma mudança de enfoque que está ocorrendo no pensamento da sociedade e mudando sua ênfase do econômico para o social, valorizando aspectos sociais que incluem a distribuição mais justa da renda, qualidade de vida, relacionamento humano, realização pessoal, cuidados com o meio ambiente, entre outras dimensões da vida associada.

A empresa que quiser ser vencedora no futuro terá que assumir compromissos morais, éticos e ambientais, pois estes constituirão o componente crítico da estratégia competitiva. O conceito de competência mudou, passou a incorporar esses fatores ignorados anteriormente, que agora também são exigidos pelo consumidor, o qual está percebendo cada vez mais o impacto ambiental causado pelos produtos que adquire" (PAULI, 1996. p. 84).

Algumas empresas têm demonstrado que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente, mesmo não sendo uma organização que atua no chamado "mercado verde", desde que as empresas possuam certa dose de criatividade e condições internas que possam transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios.

DONAIRE (1994) lembra que a preocupação com o meio ambiente e sua proteção estão se convertendo em boas oportunidades para as empresas conquistarem maiores fatias de mercado. A exigência de uma postura ambiental pelas empresas materializa-se através da crescente hostilidade de mercados internacionais aos produtos que não satisfazem aos padrões ambientais estabelecidos.

Entre essas oportunidades pode-se citar a reciclagem de materiais, o reaproveitamento de resíduos internamente, o desenvolvimento de novos processos produtivos com a utilização de tecnologias mais limpas, o desenvolvimento de novos produtos para um mercado cada vez maior de consumidores conscientizados com a questão

ecológica, geração de materiais de grande valor industrial a partir do lodo tóxico, estações portáteis de tratamento, mini-usinas para uso de pequenas empresas e o aparecimento de um mercado de trabalho promissor ligado a variáveis ambientais.

De acordo com Pearce (2002), quando aplicado ao turismo, o desenvolvimento sustentável se assemelha a uma forma de turismo amigável para o ambiente. No caso da atividade turística, os países em desenvolvimento procuram acelerar seu crescimento enquanto preservam o ambiente e produzem bens para um mercado não tradicional.

## 2.2 Turismo

O turismo é uma atividade que resulta do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e, assim, o campo de seu estudo é abrangente e complexo.

O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor, e das atividades que se desenvolvem desta interação. Em sua globalidade, não está formado só pelas pessoas que viajam e pelos bens e serviços que lhes oferecem e utilizam, mas também por uma série de relações e situações de caráter econômico, sociológico e político que surgem entre eles (ARRILLAGA, 1976).

De acordo com Pearce (2002), o turismo tem sido visto como meio de assegurar o crescimento econômico e melhorar os padrões de vida social dos habitantes.

O produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas. Ele é produzido e consumido no mesmo local, e o consumidor é que se desloca para a área de consumo (BENI, 1997).

O autor afirma que a energia potencial representa a força inicial que leva ao funcionamento do sistema ou do processo. No turismo, a energia potencial é traduzida pelo conjunto de recursos naturais ou culturais, que exercem poder de atração, ou seja, que possuem força capaz de atrair o turista do núcleo emissor para o receptor.

O mercado turístico investe menos de US\$100 milhões/ano e tem potencial para arrecadar mais de US\$ 5 bilhões em divisas estrangeiras anuais para o Brasil, sendo assim considerado o maior mercado gerador de empregos no país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), a indústria de viagens e turismo é hoje considerada como a maior fonte de geração de empregos no mundo (DUTRA, 2003).

De acordo com o autor, desde a mão-de-obra mais qualificada, em áreas em que se utiliza tecnologia, até as de menor qualificação, tanto no emprego formal quanto informal, são beneficiadas com o crescimento do mercado do turismo no Brasil e no mundo.

Os produtos turísticos brasileiros têm enorme diversidade e atendem a vários ramos de consumo. Além disso, o Brasil dispõe de recursos naturais e culturais diversificados, os quais são um de seus pontos fortes. O país possui uma fauna e flora diversificadas, um povo cordial, e não tem catástrofes naturais como vulcões e terremotos.

Não somente pelo incremento do mercado de turismo no mundo, mas também em função do governo brasileiro estar apostando no crescimento deste segmento, ele já é atualmente e continuará sendo um dos maiores mercados empregadores. Outro ponto forte é a legislação sobre o turismo, que vem sendo adaptada e modernizada, através de entraves para o aumento de competitividade. Para se ter uma idéia, a atividade está baseada numa Política Nacional de Turismo, com diretrizes e estratégias definidas por todos os segmentos do setor. Diversos investimentos vêm sendo previstos e realizados desde 1995, como em infra-estrutura básica (PRODETUR – Programa de desenvolvimento do Turismo) e turística (PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo).

Através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo que foi desenvolvido em parceria com a Organização Mundial de Turismo, nos últimos anos, os 1650 municípios turísticos brasileiros vêm investindo na melhoria de seus métodos de gestão, na elaboração de Planos Diretores Municipais, treinamento de mão-de-obra, diversificação de produtos, geração de novos negócios locais, dentre outros (DUTRA, 2003).

De acordo com o autor o turismo emprega mais do que qualquer outro ramo. Pesquisas revelam que um em cada dez trabalhadores do Brasil atua no turismo. O setor é responsável por cerca de 8,2% das exportações mundiais e representa cerca de 10% do produto interno bruto. O mercado doméstico, marcado em 1998 pela significativa redução das tarifas aéreas, movimentou cerca de 36 milhões de brasileiros que viajaram.

De fato, o quadro não poderia ser mais animador para o universo brasileiro do turismo. Entretanto, há de se convir que um segmento só se sustenta com uma condição básica: a qualidade. Um mercado tão forte e promissor quanto o turismo necessita, hoje, de profissionais competentes e bem preparados. Além disso, são necessárias seriedade e dedicação em atividades administrativas, de fundamental importância para a sustentação do país como destino turístico.

Cooper (2001) afirma que é claramente do interesse de todos que o local turístico ofereça um produto e uma experiência de alta qualidade, e neste aspecto, planejamento e

gerenciamento cuidadosos são essenciais para garantir a atividade turística baseada em princípios sustentáveis. O autor admite como sendo central a questão da sustentabilidade, a idéia de uma visão estratégica de longo prazo e um claro entendimento do conceito de capacidade de carga. Isto se deve ao fato de que o crescimento da demanda turística tem degradado algumas destinações.

Como exemplo disto pode-se destacar o loteamento da orla marítima em Noosa, Queensland – Austrália, no qual, de acordo com Hall (2001), houve a construção de resorts em áreas naturais. Outro exemplo que pode ser citado é a prática em massa de trilhas na selva na Tailândia, a qual, de acordo com Cooper (2001), prejudica o ecossistema e as fontes de sobrevivência dos povos das montanhas.

Um exemplo de degradação ambiental devida ao turismo no Brasil é o avanço de construções sobre as dunas da praia do Perú, em Cabo Frio – RJ, as quais foram exploradas de modo predatório pelas atividades turísticas, de acordo com Barbosa (2004). A construção de hotéis altos em beiras de praias, de acordo com Cooper (2001), é um grande impacto ambiental do turismo, e pode ser observada em cidades como Balneário Camboriú e Santos.

### 2.2.1 Os bens e serviços de infra-estrutura do turismo

Segundo Dutra (2003), a matéria-prima do turismo pode ser definida como natural e artificial. Como oferta turística natural tem-se: clima; configuração geográfica; paisagens; elementos silvestres ou de vegetação; flora; fauna; e água.

Ainda na visão de Dutra (2003), os recursos artificiais são “o conjunto de adaptações de recursos naturais, de obras criadas pelo homem, de serviços que colaboram com a natureza, ou agindo de modo a complementá-la ou mesmo subsidiá-la, através de esforços com a finalidade de melhorar a produtividade de seus recursos e de aproveitar melhor as alternativas de sua capacidade”.

De acordo com o autor, a oferta turística compreende: bens históricos; bens culturais e religiosos; bens e serviços de infra-estrutura; e vias de acesso e meios de transporte.

O autor afirma que a infra-estrutura no turismo é composta pela infra-estrutura geral e a turística. Estas devem sempre andar juntas, ou seja, se relacionam diretamente. A infra-estrutura geral é constituída dos sistemas de fornecimento de energia, água, combustíveis, telecomunicações, uma boa rede viária, de esgotos, e todos os demais serviços que proporcionam as condições fundamentais para o atendimento das necessidades do turismo.



Já a infra-estrutura turística abrange as instalações de hospedagem, recepção e organização para recreação e esportes.

De acordo com Cooper (2001, p. 139) “as atrações geram a visita a uma destinação, enquanto que os outros serviços e instalações de apoio são também essenciais para o turismo da destinação, mas não existiriam sem as atrações”, pois são as atrações de uma destinação que fornecem a motivação inicial para a visita.

O aumento de práticas turísticas predatórias vem pondo em risco um patrimônio ambiental de significativa importância e beleza, considerando a vulnerabilidade não só dos ecossistemas aquáticos, mas também dos terrestres, interferindo sobremaneira em seus estados de conservação (BARBOSA, 2004).

### 2.2.2 Impactos ambientais das atividades humanas

O ambiente, seja ele natural ou artificial, é o ingrediente mais fundamental do produto turístico. Entretanto, no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo ou durante o processo turístico. Como os turistas têm de visitar o local de produção para que possam consumir o produto, é inevitável que a atividade turística esteja associada a impactos ambientais (COOPER, 2001).

No caso de ecossistemas frágeis, as consequências são piores, porque o desaparecimento de quaisquer ícones de qualidade ambiental pode reduzir, ou até mesmo interromper, o fluxo de turistas (PEARCE, 2002).

O autor afirma que há impactos positivos e negativos derivados do desenvolvimento turístico. Como impactos positivos podem-se destacar: a criação de parques nacionais e parques de vida selvagem; a proteção de recifes e praias; a manutenção de florestas. Já no lado negativo, o turismo pode ter impactos ambientais diretos na qualidade da água, do ar, e nos volumes de ruído. Esgotos jogados na água irão aumentar os problemas de poluição, assim como o uso de barcos a motor em vias aquáticas internas ou em mares protegidos.

Pearce (2002) afirma que a experiência do turismo sofre por causa da degradação ambiental, do aumento de população e da poluição. A atividade turística, por sua vez, frequentemente confia na alta qualidade dos ambientes, e seria do maior interesse (a longo prazo) da própria atividade controlar seu crescimento para evitar esses impactos.

A análise dos impactos ambientais é um processo bastante complexo. No ambiente natural os impactos podem ser vistos no ar, nas formações rochosas, no solo, na vegetação, nos recursos hídricos, na vida selvagem e na paisagem (PIRES *apud* FERRETTI, 2002).

No final dos anos setenta, a OECD (Organization for Economic Co-operation and Development) estabeleceu a base para o estudo da pressão gerada pelas atividades turísticas. Esta estrutura destacava quatro categorias principais de atividades que exerciam pressão, incluindo reestruturação ambiental permanente (grandes construções como rodovias, aeroportos, resorts); geração de resíduos (biológicos e não-biológicos, que podem prejudicar a produção de peixe, trazer riscos à saúde e diminuir a atratividade de uma destinação); pressão ambiental direta, causada pela atividade dos turistas (destruição de recifes de coral, vegetação, dunas e etc., pela presença e atividades dos turistas); efeito na dinâmica populacional (migração, aumento na densidade urbana acompanhado pela diminuição da população em outras áreas rurais) (COOPER, 2001).

Para um diagnóstico de ecoturismo, a análise do estado de alguns elementos essenciais ao meio ambiente apresenta-se como etapa obrigatória (BOO, 1999). Os principais elementos a serem estudados são os seguintes: plantas e animais, água, relevo e paisagem.

É impossível separar o impacto ambiental sobre a vegetação do impacto sobre os animais, já que estes subsistemas integram uma cadeia alimentar cuja base compõe-se dos elementos da flora, sementes, frutos e folhas. Alguns animais desaparecem de seu habitat tradicional migrando para outras regiões em busca de alimentos, enquanto outros que se beneficiavam de alguma forma de simbiose com os primeiros acabam extintos por não conseguirem se adaptar ou provocam algum tipo de desequilíbrio ecológico (DUTRA, 2003).

Na busca por alimentos o homem destruiu muito da vegetação virgem, levando embora ou extinguindo a fauna selvagem, dando lugar a plantações e habitações. Por exemplo, “a Mata Atlântica, principal cobertura vegetal do sul do Brasil, que ocupava cerca de um milhão de quilômetros quadrados, está reduzida a somente cento e vinte mil quilômetros quadrados” (FERRETTI, 2002, p. 30).

Perante a prática de atividades turísticas predatórias e o intenso crescimento das cidades, alguns comprometimentos ambientais podem ser percebidos. Essas interferências ambientais podem deteriorar ainda mais um valioso patrimônio natural, como por exemplo,

a poluição das águas subterrâneas e superficiais, com a ocupação desordenada, vem causando a degradação das águas submersas por meio de fossas sépticas e sumidouros implantados em solos muito permeáveis, bem como pelo lançamento de esgoto *in natura* sobre o solo; a erosão das encostas; degradação das dunas; perda de cobertura vegetal e conseqüente degradação dos ecossistemas naturais; aumento de ameaças sobre fauna em extinção (BARBOSA, 2004).

Não existem modelos que tenham aceitação geral para a avaliação de impacto ambiental (AIA). Em muitas destinações turísticas ambientalmente sensíveis, há poucos atos legislativos e ainda menos órgãos com poderes para salvaguardar o meio ambiente com relação ao desenvolvimento do turismo (COOPER, 2001).

Para o autor, uma vez que as conseqüências ambientais das ações do homem sejam reconhecidas, estas informações podem ser incorporadas em todos os níveis de tomada de decisões, para garantir o uso efetivo dos recursos limitados do planeta.

Cooper (2001) afirma que é importante identificar cedo os impactos ambientais associados ao desenvolvimento do turismo porque:

- a) É mais fácil evitar o dano ambiental do que seria corrigir este dano uma vez implementado o projeto;
- b) Projetos que dependem muito de áreas de grande beleza podem tornar-se inviáveis se degradarem o meio ambiente.

O autor cita os seguintes custos ambientais associados ao desenvolvimento do turismo:

- a) Pressão do volume – perturbação da vida selvagem, danos à vegetação, danos a áreas selvagens;
- b) Pressão do tráfego – poluição causada pelo aumento no tráfego;
- c) Pressão visual – algumas instalações turísticas prejudicam a qualidade estética, devido à má localização, ao projeto ou à seleção inadequada;
- d) Pressão do lixo – o aumento no número de visitantes pode resultar em uma maior desordem e em perigos à vida selvagem, através do depósito de lixo inadequado ou sem planejamento;
- e) Pressão do conflito entre usuários – onde quer que existam recursos escassos, haverá conflito entre os diferentes usuários dos recursos, como por exemplo, *jet-ski* e barcos a motor utilizando águas que também são usadas por pescadores ou para a recreação aquática em geral.



Green *apud* Cooper (2001) elaborou uma lista sobre os impactos ambientais causados pelo turismo. Dentre eles, o autor identificou os seguintes impactos ao ambiente natural:

- a) Mudanças na composição das espécies
- b) Poluição (da água através de esgotos e vazamentos de óleo/gasolina)
- c) Erosão
- d) Recursos naturais (diminuição dos suprimentos de água de superfície e do subsolo)
- e) Impacto visual (instalações e lixo)

Pearce (2002) cita como impactos potenciais negativos do turismo: aumento de nível de barulho, nivelamento da terra, poluição da água do mar e diminuição da biodiversidade da vegetação terrestre do local.

O autor afirma que o ambiente é o objeto do turismo, então este não se pode dar ao luxo de destruí-lo. Portanto, um monitoramento ambiental cuidadoso é essencial para assegurar que mudanças negativas não surjam no futuro.

Para definir uma lista de itens de impacto ambiental, é necessário que se estabeleçam quais são os impactos potenciais que podem ocorrer como resultado da atividade turística. Também é importante que os recursos ambientais sejam utilizados de forma eficiente (COOPER, 2001).

Uma vez que os impactos potenciais tenham sido considerados, pode ser feita uma lista de itens que consiste nos elementos fundamentais em risco, a qual poderá ser utilizada para formar a base da matriz de avaliação para o impacto dos empreendimentos propostos. Como exemplo disto, Pearce (2002) destaca a Indonésia, a qual dispõe de regulamentos sofisticados que exigem que sejam conduzidas avaliações severas dos impactos ambientais para projetos de desenvolvimento.

O crescimento rápido do turismo em países em desenvolvimento sugere a necessidade de se desenvolverem métodos de avaliação específicos para o turismo. Para se chegar a uma avaliação completa de impactos potenciais são necessários comprometimento de recursos, pessoal habilitado e vontade política (PEARCE, 2002).

Em decorrência dos impactos provenientes do turismo e do fato que a maior parte da superfície do planeta é composta de água, torna-se imprescindível discorrer sobre o processo de poluição da mesma.

### 2.2.3 Poluição das águas

As atividades humanas também incorrem em impactos nocivos ao líquido que transporta a vida na Terra, a água. Existem duas formas principais de interferências nocivas à água: a poluição e a contaminação. A poluição acontece quando “as substâncias poluidoras não necessariamente nocivas, derivadas de alimentos, causam mudanças no equilíbrio ambiental” (FERRETTI, 2002, p. 37).

Por sua vez, a contaminação ocorre quando substâncias nocivas, tóxicas ou patogênicas são introduzidas no ambiente aquático (rio, lago ou oceano), causando morte e doenças às espécies que bebem desta água ou a habitam. Neste caso a água funciona como agente transmissor e não como um ambiente ecológico alterado.

As principais fontes de poluição e/ou contaminação da água superficial, segundo Ferretti (2002) são:

- a) Origem natural: decomposição de vegetais e animais, e erosão das margens de rios. Não causam grandes problemas quando não intensificados pela intervenção humana.
- b) Esgotos domésticos: resíduos de instalações sanitárias domiciliares geralmente contêm poucos produtos químicos utilizados para limpeza do lar, louças e roupas, mas apresentam grande intensidade de resíduos orgânicos.
- c) Esgotos industriais: seus resíduos variam de acordo com a atividade exercida.
- d) Água de escoamento superficial: pode ser o meio de transporte de impurezas para rios e lagos, introduzindo nestes ambientes materiais orgânicos, inorgânicos, químicos (pesticidas) e microorganismos patológicos. A concentração das impurezas dependerá do uso do solo naquela área. Se houver maior cobertura vegetal, por exemplo, a água será filtrada pelas plantas e suas raízes, levando aos rios menor número de impurezas.
- e) Origem agropastoril: principalmente excrementos de animais, pesticidas e fertilizantes. A concentração de matéria orgânica na água pode provocar a mortalidade de espécies subaquáticas e causar doenças nas que a bebem. Os pesticidas agrícolas são venenos inseticidas que continuam no solo por muitos anos após sua aplicação. O exemplo mais gritante é o Dicloro-Difenil-Tricloroetano, defensivo agrícola que permanece por mais de 30 anos no solo. Os fertilizantes

químicos trazem minerais e nutrientes que podem escoar para rios através da chuva ou infiltração no subsolo e desequilibrar a cadeia alimentar do ambiente.

f) Lixo: depósitos de lixo podem contaminar rios e os lençóis freáticos. Quando o lixo se decompõe, forma-se um líquido malcheiroso e altamente poluente que se infiltra no solo e escorre através da chuva para os rios. Ferretti (2002) ainda chama a atenção para o lixo hospitalar e industrial, os quais podem conter produtos químicos e agentes patológicos.

Como exemplo de poluição das águas pode-se destacar a bacia de Angra dos Reis. De acordo com Yáziği (1996), a bacia recebe alguns milhões de litros diários de esgoto que são lançados *in natura*. De acordo com o autor, isto significa alterar de modo bastante claro a natureza; significa a criação de problemas ambientais; além de, com o tempo, uma diminuição da própria atividade do turismo.

A contaminação das águas consiste no lançamento ou infiltração de substâncias nocivas na água. As atividades agrícolas, mineradoras, os esgotos e a intolerância do homem são as principais fontes de contaminação das águas (DUTRA, 2003).

Segundo o autor, desde a antiguidade o homem já lançava os seus detritos na água, porém, esse procedimento não causava muitos problemas, pois os rios, oceanos e lagos têm o poder de auto-limpeza. Depois da Revolução Industrial o volume de detritos despejados nas águas aumentou geometricamente, comprometendo a capacidade de purificação dos rios, oceanos e lagos.

De acordo com Callenbach (1993), a década de noventa foi crítica. Problemas globais danificaram a biosfera e a vida humana; as florestas foram devastadas; o solo arável diminuiu; e a camada de ozônio foi, em parte, destruída.

Entre as substâncias poluentes estão os compostos orgânicos, minerais e derivados do petróleo, chumbo e mercúrio despejados pelas indústrias; fertilizantes, pesticidas e herbicidas despejados pela agricultura.

A poluição das águas também é causada pelos esgotos das cidades e regiões agrícolas. São lançados, diariamente, dez milhões de litros de esgoto que poluem rios, lagos, oceanos e áreas de mananciais (CALLENBACH, 2003).

Os compostos orgânicos lançados nas águas provocam um aumento no número de microrganismos decompositores, os quais consomem oxigênio da água. Os peixes que ali vivem podem morrer, não por envenenamento, mas por asfixia (DUTRA, 2003).

O autor afirma que as fezes, quando erradamente conduzidas às águas das estações de tratamento podem contaminar os rios e lagos. Estas se acumulam na superfície da água, impedindo a entrada de luz. Os vegetais que vivem no fundo dos rios e lagos, como as algas, ficam impossibilitados de realizar fotossíntese e, conseqüentemente, de produzir oxigênio.

Os oceanos recebem boa parte dos poluentes dissolvidos nos rios e riachos, além do lixo dos centros industriais e urbanos. Em muitas regiões litorâneas, onde este processo ocorre, as praias tornam-se impróprias para o banho de mar.

De acordo com Dutra (2003), o vazamento de óleo de navios petroleiros é outro grave agente de poluição. Anualmente, um milhão de toneladas de óleo espalham-se pela superfície dos oceanos, causando verdadeiros desastres ecológicos. As manchas negras prejudicam a fauna e a flora marítimas.

Um dos mais graves acidentes com petroleiros ocorreu no Alasca, em março de 1988, com o petroleiro americano Exxon Valdez. O petroleiro chocou-se contra os recifes, derramando quarenta milhões de litros de óleo no oceano. Vários animais morreram aos milhares e os que sobreviveram ficaram intoxicados, propagando os efeitos do acidente. Segundo os cientistas, serão necessários pelo menos duas décadas para que o Alasca se recupere, e dificilmente serão restabelecidas as condições ambientais anteriores (DUTRA, 2003).

Na agricultura, os fertilizantes, os pesticidas e herbicidas são arrastados para os rios com as chuvas. O contato desses poluentes com o solo ou com a água pode contaminar os lençóis freáticos.

Devido aos diversos impactos negativos decorrentes do turismo e visando à adequação aos princípios de desenvolvimento sustentável, surge outra alternativa de desenvolvimento do setor: o turismo sustentável.

### **2.3 Turismo Sustentável**

O turismo sustentável visa o bem estar do turista e da população local, prioriza o desenvolvimento social e econômico local, e preocupa-se com a preservação do meio ambiente natural e construído.

Swarbrooke (2000, p. 19) define Turismo Sustentável como: “formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”.

O autor acrescenta ainda que:

O turismo sustentável é composto por três dimensões: o meio ambiente (natural e construído); a vida econômica da comunidade e das empresas; e os aspectos sociais (impactos sobre culturas locais e turistas, e o modo como são tratados os que trabalham no turismo) (2000, p.73).

Turismo sustentável não é um tipo de turismo, mas uma nova abordagem de desenvolvimento da atividade.

### 2.3.1 Origem

Na década de sessenta ficaram evidenciados os impactos negativos que o turismo de massa vinha causando nas localidades. A partir de então, os órgãos públicos começaram a aplicar técnicas de gestão de turistas na tentativa de administrar esses impactos. No entanto, foram iniciativas de pequena escala, buscando amenizar os excessos, e não resolver o problema como um todo.

Na década de oitenta, o relatório *Nosso Futuro Comum*, que lançou o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* e metas que deveriam ser tomadas pelos países para evitar a degradação ambiental, tornou-se fonte de inspiração para a gestão do turismo. Assim, foram criadas as expressões “questões verde” e “turismo verde”.

Desde o final da década de 1980 tem havido uma explosão sobre formas sustentáveis de desenvolvimento. Entretanto, mesmo diante do excesso de debates sobre a sustentabilidade no turismo, parece que não se está aproximando de soluções para os problemas do desenvolvimento turístico. Mesmo assim, o turismo continua a crescer (HALL, 2001).

Além disso, o autor argumenta que, comparados aos problemas de mudanças climáticas globais, desmatamento, perda da biodiversidade e diversidade cultural, pobreza e reestruturação econômica aparentemente interminável, o turismo não representa um problema. Mas isso não é verdade, pois, dado o tamanho do segmento, o turismo contribui e, ao mesmo tempo, apresenta resposta a alguns desses problemas.

“O ecoturismo, por exemplo, tem sido apresentado como um dos meios de conservar a diversidade ecológica, oferecendo maior valor econômico para a conservação da flora e da fauna que, caso contrário, poderia ser explorada de outras formas” (HALL, 2001).

Todavia, o autor afirma que o turismo também tem contribuído para a degradação das espécies e do habitat por meio de alojamentos, atrações e desenvolvimento de infraestrutura, como ocorre em muitas regiões costeiras onde um campo de golfe, uma marina e uma praia arenosa são considerados tendo maior valor do que mangues e pântanos. Pode-se confirmar esta afirmativa com um exemplo da própria Ilha de Santa Catarina, na qual foi construído um *Shopping Center* sobre um mangue. Outro exemplo é a substituição de um pântano por um campo de golfe e um loteamento imobiliário em Noosa, na Austrália (HALL, 2001).

Em 1990, na Conferência realizadas em Leeds, o “turismo verde” foi chamado de “gradações de verde”. As premissas desse tipo de turismo incluíam a redução de custos e a maximização dos benefícios ambientais. Posteriormente, surge a expressão “Turismo Sustentável”, que aborda os princípios do desenvolvimento sustentável.

Existem algumas forças que promovem o turismo sustentável, como a pressão do consumidor; diretrizes de planejamento das autoridades públicas; e movimentos no sentido de avaliação de impacto ambiental e auditorias ambientais (COOPER, 2001).

O autor afirma que também existem forças, basicamente econômicas, que resistem à adoção do turismo sustentável, como por exemplo: o imperativo econômico da atividade e dos empreendedores do turismo, os quais podem colocar o retorno de seus investimentos e lucros antes de considerações de longo prazo; algumas regiões em países em desenvolvimento, nas quais as necessidades de ganho de moeda estrangeira e emprego são considerados mais importantes do que a dimensão ambiental.

De acordo com Cooper (2001), até hoje a sustentabilidade não tem sido uma prioridade, se comparada com a busca de crescimento e de lucro de curto prazo, mas com o aumento da pressão por uma atividade de turismo mais responsável, é difícil que tais visões de curto prazo a respeito do consumo possam continuar.

O autor afirma que para entender como se podem apresentar destinações turísticas sustentáveis, é preciso levar em consideração dois conceitos fundamentais:

- a) Planejamento de longo prazo (estratégico)
- b) Capacidade de carga



O planejamento estratégico, através da perspectiva de longo prazo, proporciona controle e responsabilidade para impedir que a destinação exceda sua capacidade e que o inevitável declínio que se segue na visitação não aconteça (COOPER, 2001).

Já a capacidade de carga de um local refere-se à sua condição de absorver o uso pelo turismo sem deteriorar-se. Este conceito, assim como o de sustentabilidade, tem suas raízes no gerenciamento de recursos, mas é particularmente importante agora, em uma situação na qual recursos limitados das destinações estão sob crescente pressão dos usuários (COOPER, 2001).

Mathieson e Wall *apud* Cooper (2001, p. 145) definem capacidade de carga como “o número máximo de pessoas que podem utilizar um local sem uma alteração inaceitável do ambiente físico e sem um declínio inaceitável na qualidade da experiência dos visitantes”.

Atuando no Brasil desde 1971, a WWF Brasil (*Wild World Foundation*) é uma organização não-governamental brasileira que integra a maior rede mundial de conservação da natureza. Com o objetivo de discutir e elaborar padrões de sustentabilidade para a atividade turística no Brasil, a WWF-Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica vêm coordenando, desde outubro de 2000, um grupo de trabalho que debate a proposta de implementação de um programa de certificação em turismo sustentável no Brasil, que seja abrangente, participativo e reconhecido pelo mercado (DUTRA, 2003).

Para viabilizar essa iniciativa, foi criado um corpo de credenciamento independente, o CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável, entidade intersetorial, com ampla representatividade dos diversos atores e segmentos do turismo, apta a delimitar uma estratégia única para a certificação do turismo sustentável no Brasil e para o estabelecimento de padrões de qualidade sócio-ambiental adequados à realidade do país.

Em decorrência da preocupação do turismo sustentável com a preservação do meio ambiente, existem benefícios advindos da sua aplicação.

### 2.3.2 Benefícios

Segundo as definições de Turismo Sustentável, muitos benefícios são gerados se suas premissas forem executadas:

- a) Utilização equilibrada do meio ambiente, preservando para as futuras gerações;
- b) Desenvolvimento da cultura local e preservação da mesma;

- c) “O turismo cultural intensifica a auto-estima da comunidade local, e oferece a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de formações diversas” (SWARBROOKE, 2000, p.14);
- d) Desenvolvimento do comércio e setor de serviços; e assim, o crescimento da oferta do número de empregos;
- e) Promoção da entrada de divisas para a região, capital e dinheiro novo que contribuem para o desenvolvimento da economia;
- f) Crescimento de arrecadação de impostos, que poderão ser reinvestidos no turismo novamente;
- g) Diversas estruturas são desenvolvidas, como locais para recreação, melhorias no transporte local e no saneamento básico, beneficiando os turistas e a população local.

De acordo com Beni (1997) o turismo é um eficiente meio para:

- a) Promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
- b) Abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região;
- c) Integrar socialmente, incrementar a consciência nacional;
- d) Desenvolver a criatividade e vários campos;
- e) Promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas.

No início dos anos noventa, o turismo na Argentina foi visto como uma opção válida que poderia equilibrar as condições econômicas, políticas e sociais do país. Disso resultou o benefício de dirigir o turismo para as reservas de fauna (PEARCE, 2002).

Em decorrência disto, a preferência pelo turismo com base na natureza contribuiu para uma consolidação do turismo da Patagônia, uma região que atrai cerca de um terço do turismo internacional do país, de acordo com as estatísticas fornecidas pela organização nacional de turismo.

Pearce (2002) afirma que, após a direção do turismo argentino estabelecer critérios para as reservas de fauna, foi observado um aumento de respeito pelo ambiente e uma melhora geral no comportamento das pessoas. Estava emergindo um novo tipo de viajante doméstico, que gostava de ficar em contato mais próximo com a natureza e alterá-la o



mínimo possível. Como exemplo disto o autor destaca a província de Chubut, na Patagônia, a qual, de acordo com Pearce (2002), estabeleceu reservas de fauna na sua costa do Atlântico para promover o desenvolvimento econômico por meio do turismo baseado nos visitantes a áreas protegidas.

Mieczkowski *apud* Pearce (2002), sugere que o turismo, quando regulamentado, é “uma das opções de desenvolvimento econômico mais amigáveis ao ambiente e, portanto, é provável que se expanda e cresça sua contribuição ao GNP (gasto nacional *per-capita*) do mundo”.

Cooper (2001) cita como benefícios específicos da atividade turística no ambiente físico os planos de melhoria ambiental para criar áreas mais atrativas, incluindo a projetos de recuperação e planos de conservação.

A certificação do turismo gera benefícios ambientais, econômicos e sociais. Ambientalmente, ela contribui para a conservação da biodiversidade, auxilia na manutenção da qualidade ambiental dos atrativos turísticos e na proteção de espécies ameaçadas. Economicamente, viabiliza as áreas protegidas utilizadas pelo turismo, proporciona um diferencial de marketing, gerando vantagens competitivas para os empreendimentos, e facilita o acesso a novos mercados, principalmente o internacional. Socialmente, legaliza a atividade do turismo, assegura boas condições de trabalho e promove o respeito aos direitos dos trabalhadores, povos indígenas e comunidades locais (FERRETTI, 2002).

Em turismo, a função de administração do sistema teoricamente está, neste país, entregue ao Estado, que através da Embratur, coordena as atividades do setor. A operacionalização do sistema é processada pela iniciativa privada, cabendo ao Estado o processo de normatização e controle (BENI, 1997).

Mesmo diante de seus benefícios sociais, ambientais e econômicos, a certificação em turismo ainda é um desafio que deve ser buscado e incentivado. A complexidade do processo se deve à dinâmica de um dos mais fortes setores econômicos do mundo, aliada à sua importante função como meio de lazer, e ao grande número de interesses públicos e privados envolvidos na atividade (DUTRA, 2003).

Em decorrência dos diversos impactos e resultados negativos do turismo para a sociedade e meio-ambiente, surgem alternativas de desenvolvimento do setor, dentre as quais destaca-se o ecoturismo.

## 2.4 Ecoturismo

O termo Ecoturismo é comumente utilizado com o sentido de turismo próximo ou ligado à natureza. Entretanto, as pessoas que criam estes apelos de marketing, muitas vezes desconhecem as enormes diferenças entre os conceitos adotados pelos principais autores sobre ecoturismo.

Existem várias expressões usadas como sinônimo de Ecoturismo, como “*turismo inóspito*”, “*turismo de baixo impacto*”, “*turismo verde*”, “*turismo esportivo*”, “*turismo da natureza*” e “*turismo ecológico*”. Essa confusão resulta da falta de uma definição clara do que é Ecoturismo.

Conceitos básicos exprimem objetivamente os princípios do Ecoturismo. De acordo com o *The International Ecotourism Society* (TIES), “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local”. Já BMZ (1995), afirma que o ecoturismo pretende minimizar os efeitos ecológicos do turismo, utilizando áreas naturais com o mínimo impacto possível.

Para Western (1999, p. 18) “ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza; é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento; é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Entretanto, o autor prefere definir ecoturismo não como um tipo de turismo, mas como um conjunto de conceitos, idéias e práticas para se desenvolver o turismo de natureza.

A Embratur, autarquia responsável pela organização turística no Brasil, e o Ministério do Meio Ambiente utilizam o mesmo conceito de ecoturismo, o qual é

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

Western *in* Lindberg; Hawkins (2001, p. 21) afirma que o Ecoturismo engloba os diversos tipos de turismo ligados à natureza e cultura de uma região ao dizer que “o Ecoturismo está deixando de definir-se como um turismo de natureza de pequena escala para estabelecer-se como um conjunto de princípios aplicáveis a qualquer tipo de turismo que se relacione com a natureza”.

A seguinte definição, dada por Ferreti (2002) abrange todos os conceitos definidos anteriormente, reunindo de maneira simples e objetiva os principais fatores que delimitam o termo Ecoturismo: a conservação das áreas naturais e da cultura local; o desenvolvimento econômico e social; o lazer aos turistas, proporcionado através de esportes, pesquisas ou apenas contemplação.

A execução de uma viagem a áreas naturais que estão relativamente sem alterações ou contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e gozar o panorama junto à flora e fauna silvestre e, ainda, qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que se encontra nestas áreas, propiciando um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéficos para as populações locais.

Em algumas das definições apresentadas há um grau elevado de generalidade sobre o que é ecoturismo. À procura de um conceito mais preciso, Beni (1997, p. 33) separa o ecoturismo do turismo ecológico. Para ele o turismo ecológico é a

Denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo / necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno.

Incluem-se, aqui, também aquelas pessoas que buscam uma observação participante e interativa com o meio natural, na prática de longas caminhadas, escaladas, desbravamentos e aberturas de trilhas, rafting e de outros esportes radicais para os quais a natureza é apenas um pano de fundo para o desafio de superar limites físicos de tolerância como canoing, offroad, rapel.

O ecoturismo para este mesmo autor é a

Denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe a utilização controlada de uma área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e de suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável (BENI, 2002, p. 34).

A principal diferença entre o turismo ecológico e o ecoturismo, segundo Beni (1997), é a limitação à utilização do espaço visitado que o ecoturismo exige.

Hawkins *apud* Pearce (2002), afirma que o ecoturismo, que além de facilitar o contato mais próximo com a natureza também favorece uma interação fluida entre hospedeiros e visitantes, está atraindo um número cada vez maior de entusiastas pelo mundo todo.

Sem nenhuma preocupação real com o meio ambiente, a crescente popularidade do turismo de natureza significa uma acelerada invasão de áreas primitivas e, como resultado disso, mais degradação ecológica (COOPER, 2001).

*De acordo com o autor, o plano ideal é o ecoturismo, o qual protege o meio ambiente e é uma forma de turismo sustentável que também beneficia as comunidades locais. Deve-se definir regras e regulamentações para os turistas, com o objetivo de impedir a degradação ambiental. Entretanto, na realidade, muitos empreendimentos de ecoturismo estão destruindo os próprios ecossistemas que dizem proteger.*

A atividade ecoturística deve proporcionar o conhecimento sobre a fauna, a flora e a cultura local; deve contar com guias especializados que possam fornecer essas informações e de outros lugares a se visitar; os grupos não devem ser grandes a fim de reduzir o impacto, promover o maior relacionamento entre os viajantes e tornar a experiência mais intensa (FERRETTI, 2002).

Percebe-se que o ecoturismo é regido pela tríade do Turismo Sustentável direcionado para lugares naturais. Assim, qualquer atividade turística praticada na natureza, satisfazendo a tríade preservação e conservação ambiental, desenvolvimento econômico e social sustentável é ecoturismo.

O ecoturismo torna-se uma alternativa de negócio capaz de substituir a agropecuária e a exploração de madeiras pelas receitas oriundas de hospedagem, alimentação, serviços e entrada aos atrativos naturais; possibilita a melhoria da qualidade de vida, proporcionada pelo incremento econômico na localidade e pela conservação da própria área (DUTRA, 2003).

Segundo o autor, quando a comunidade local adquire consciência de que o turismo aumenta o volume de empregos e sua qualidade de vida, ela passa a preservar os atrativos turísticos e, ao se falar em ecoturismo, preserva-se o meio ambiente. Paralelamente ao desenvolvimento da economia deve-se trabalhar a preservação consciente e a interação com o meio, respeitando sua fragilidade e utilidade.

O Parque Estadual Intervales, SP, por exemplo, é dividido em área preservada (fechada à visitação) e área conservada (aberta à visitação), na qual os turistas pagam entrada, alimentação e hospedagem. O dinheiro e o emprego gerados pelo ecoturismo auxiliam na manutenção da área preservada. Nos lugares onde o ecoturismo foi implantado observou-se uma diminuição no ritmo da agressão à natureza e, em alguns casos, recuperou-se parte da vida silvestre.

Se não houver uma verdadeira revolução na consciência ambiental entre operadores de turismo e turistas, o ecoturismo permanecerá apenas sendo uma estratégia muito divulgada de marketing, enquanto empresas de turismo de visão estreita continuam a destruir o ambiente natural do qual elas dependem (COOPER, 2001).

Para uma destinação turística ser eficaz, é necessário um planejamento e gerenciamento do local, visando oferecer um produto turístico sustentável.

#### 2.4.1 Ecoturismo – Do diagnóstico ao planejamento

No futuro, a vantagem competitiva das destinações não será baseada tão somente em suas atrações intrínsecas, mas também no gerenciamento desses locais e na sua capacidade de acomodar o novo turismo, em termos de recursos humanos, tecnologia e adoção de princípios sustentáveis (COOPER, 2001).

Para o autor, os componentes da destinação turística só podem ser eficazes se um planejamento e um gerenciamento cuidadosos oferecerem um produto turístico sustentável e, desta forma, garantirem que um ou mais dos componentes não *avance* à frente dos outros.

Hunter *apud* Pearce (2002) sugere que o desenvolvimento do turismo sustentável pode ocorrer a partir da compreensão de que a viabilidade econômica de longo prazo dos projetos do turismo depende do crescimento controlado e do gerenciamento sustentável e adequado dos recursos sobre os quais eles se baseiam.

Uma das razões para o consumo do turismo ecológico apontada por Bruhns (1997) é a celebração do homem com a natureza, tomando a prática de atividades como mediadoras da integração do corpo humano nas suas diferentes dimensões, tais como conhecimento, emoção e espiritualidade.

Destinações com base em recursos naturais estão adotando planejamento, gerenciamento e técnicas interpretativas sofisticadas para fornecer uma boa recepção e uma experiência rica ao turista, ao mesmo tempo em que se garante a proteção do próprio recurso natural. Uma vez que os turistas tenham entendido porque uma destinação é significativa, eles irão querer protegê-la (COOPER, 2001).

O autor afirma que o bom planejamento e gerenciamento da destinação estão na raiz da possibilidade de proporcionar uma experiência de alta qualidade ao turista, e pode ser que

os turistas tenham que aceitar tempos cada vez mais restritos de permanência em locais populares, além de preços mais altos.

Ficará mais evidente o aumento do profissionalismo e como o segmento de turismo tenta proporcionar coletivamente uma experiência de qualidade na destinação, ao mesmo tempo em que protege a integridade do próprio recurso (COOPER, 2001).

Cooper (2001) afirma que a integração de impactos econômicos, sociais e ambientais é essencial para que as estratégias e escolhas em termos de turismo sejam bem informadas e sejam dados passos para que os empreendimentos turísticos não excedam a capacidade de carga da destinação.

O autor cita algumas regras que deveriam ser seguidas para desenvolver o turismo ambientalmente seguro:

- a) O atendimento de uma necessidade só deve ser admissível se não tornar impossível a satisfação da mesma necessidade para as gerações futuras.
- b) Em circunstâncias idênticas, uma linha de ação na qual há apenas uma baixa probabilidade de resultar em um dano específico é preferível em relação a outra em que esta possibilidade é maior.
- c) Em circunstâncias idênticas de danos inevitáveis, o menor é preferível ao maior, e o de menor duração, ao de maior duração.
- d) No caso de conflito, em circunstâncias idênticas, deve-se decidir em favor de um grande número de pessoas, ao invés de poucas pessoas.
- e) Uma linha de ação que serve a um objetivo moralmente bom só é eticamente justificada quando os efeitos colaterais negativos envolvidos puderem ser reduzidos ao mínimo. Uma linha de ação destinada a servir a um objetivo moralmente bom só é eticamente justificável quando o dano decorrente dela como efeito colateral for menor do que os danos que resultariam de não agir.
- f) A taxa de consumo de recursos auto-renováveis não poderá exceder à sua taxa de regeneração. A taxa de consumo de recursos finitos na poderá exceder à taxa de aumento de fontes auto-geradoras de matéria-prima. A taxa de emissão de poluentes não deverá exceder a capacidade do meio ambiente de absorvê-los.

Pearce (2002) afirma que é necessário um conhecimento adequado para evitar sobrecarga de recursos, oferecer uma administração eficiente de assistência financeira estrangeira e envolver a população local na conservação do meio ambiente, a fim de assegurar o crescimento econômico e a utilização sustentável dos recursos.



De acordo com o autor, o turismo varia enormemente em escala, tipo de ambiente e atividades exercidas. As conseqüências do turismo também serão modificadas pelo contexto político e os papéis que os intermediários, como os guias turísticos, desempenham na influência das interações entre os visitantes e o povo local.

É necessário que tanto as conseqüências positivas do turismo quanto as negativas sejam avaliadas antes do desenvolvimento, a fim de que os efeitos indesejáveis sejam evitados ou amenizados, e os efeitos desejáveis sejam reforçados (PEARCE, 2002).

O autor afirma que o governo da Indonésia está consciente da necessidade de gerenciamento ambiental dentro dos planos de desenvolvimento e emitiu regulamentos ambientais, fazendo, assim, com que o país se tornasse um estudo de caso interessante para exame das teorias e práticas do estudo de impactos ambientais (EIA) no desenvolvimento do turismo.

Neste país, desde 1986 a legislação exige claramente a aplicação do EIA para todos os desenvolvimentos novos, tanto no setor privado quanto no público, com a expectativa de que venha a causar impactos positivos significativos.

Os municípios brasileiros, em sua maioria, possuem atrativos para se tornarem pólos ecoturísticos. Mas além da disposição do município em implantar o ecoturismo, a existência de serviços e infra-estrutura é uma pré-condição a ser observada (DUTRA, 2003).

O autor afirma que o governo federal vem trabalhando para eliminar a desarticulação e as eventuais impropriedades presentes nos atuais empreendimentos na área do ecoturismo, buscando descentralizar a gestão e o planejamento turístico, sempre a partir do princípio do desenvolvimento sustentável.

Em 1994 a Embratur lançou o documento "Diretrizes para uma Política nacional de Ecoturismo", um quadro com nove pontos básicos:

- a) Regulamentação do ecoturismo, através de parâmetros adequados e estrutura legal própria, articulando as esferas federal, estadual e municipal;
- b) Fortalecimento e interação interinstitucional, com intercâmbio de informações e experiências entre órgãos governamentais e privados;
- c) Formação e capacitação de recursos humanos;
- d) Controle de qualidade do produto ecoturístico, criação de uma metodologia para acompanhamento e aperfeiçoamento da atividade ecoturística pública e privada;

- e) Gerenciamento de informações através da formação de um banco de dados nacionais e internacionais que permita a obtenção de indicadores para o desenvolvimento do ecoturismo;
- f) Incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo, com o aprimoramento de tecnologias, serviços e infra-estrutura, tanto a existente quanto aquela a ser utilizada nos novos empreendimentos;
- g) Implantação e adequação de infra-estrutura e desenvolvimento de tecnologia orientada especificamente para destinos ecoturísticos prioritários;
- h) Informação ao turista a respeito de serviços e produtos, e orientação sobre conduta adequada;
- i) Incentivo à participação comunitária para que as populações envolvidas percebam no ecoturismo uma alternativa econômica viável.

Os interesses pelas atividades turísticas de uma região são compartilhados por diversos agentes, tais como governo, empresas privadas, sociedade local e pelos próprios turistas. Cabe aqui lembrar Boullón (2003) no que diz respeito à capacidade de carga psicológica de um atrativo turístico. Para ele, capacidade de carga psicológica é “o número de visitantes simultâneos que uma área pode receber, de modo que cada um deles tenha uma boa experiência satisfatória” (BOULLÓN, 2003, p. 51).

Em decorrência disso, deve-se verificar qual o número de visitantes que uma determinada área pode suportar e o nível de educação ambiental dos visitantes, pois existe o risco de um turismo predatório, o qual atrai um grande número de pessoas a uma região intocada, para depois abandoná-la quando já estiver deteriorada. Como exemplo disto pode-se destacar a degradação do rio Formoso, em Bonito-MS, o qual, de acordo com a revista Turismo - Visão e Ação (2002), devido ao crescimento do turismo na região, transformou-se em um local onde imperam a farra e o lixo.

*O impacto teórico do ecoturismo é bem conhecido. Os custos potenciais são a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas, as mudanças socioculturais negativas. Os benefícios potenciais são a geração de receita para as áreas protegidas, a criação de empregos para as pessoas que vivem próximas a essas áreas e a promoção de educação ambiental e de conscientização sobre a conservação (BOO, 1999, p. 34)*

O risco de um turismo predatório pode ser reduzido com um planejamento turístico. Para isto, Boo (1999) apresenta um roteiro, o qual se chama Diretrizes para Diagnóstico e



Planejamento do Ecoturismo, cujo objetivo é criar uma estratégia para as áreas que desejam melhor administrar seus turistas.

Seguindo este roteiro, o primeiro passo é analisar a situação atual e potencial do turismo sustentado. Deve-se avaliar a quantidade de pessoas que frequenta a região e também o perfil destas, o estado dos recursos naturais, os acessos aos pontos turísticos e a infra-estrutura geral existente. Também é importante examinar algumas variáveis externas às áreas visitadas, como a interação com as comunidades locais e com outras atrações regionais, além da legislação vigente.

O segundo passo constitui-se na determinação de uma situação desejável e na identificação do que se faz necessário para concretizá-la. É preciso definir o tipo de turismo ideal para o local, assim como a quantidade desejada de visitantes e a infra-estrutura que se fará necessária para atender às necessidades da quantidade e qualidade destes turistas. Todo o esforço nesta fase deve ser no sentido de equilibrar a demanda turística com as possibilidades dos recursos naturais, financeiros (governamentais ou não) e com as exigências da comunidade local. O foco do esforço é a busca do equilíbrio e não o reforço da segregação, da seletividade e todas as mazelas daí derivadas.

Como última etapa do processo de planejamento ecoturístico está a divulgação às partes interessadas e às possíveis fontes de assistência técnica e financeira, com vistas à realização deste plano.

O entendimento e uso correto da classificação dos recursos naturais que atraem o turismo de uma região são de “suma importância para o desenvolvimento de um projeto turístico” (FERRETTI, 2002, p. 17).

Entretanto, os recursos naturais formam, quando vistos por olhos humanos, não só um espaço delineado por suas formações geológicas, mas também algo muito mais complexo e subjetivo: a paisagem.

“A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” de acordo com SANTOS *apud* MENESES (2002, p. 30). A paisagem forma-se de um elo entre a morfologia ou desenho de um local e as relações subjetivas de percepção do seu observador.

Para Boullón (2003) a paisagem é um conjunto de alguns elementos básicos, tais como a topografia, a vegetação, o clima e o hábitat. Na topografia enquadram-se as formas e

contornos do terreno; a vegetação engloba a mata virgem e também a vegetação plantada pelo homem. No clima estão as situações atmosféricas perceptíveis; e no hábitat observam-se os efeitos da ação do homem e as condições de vida dos animais e plantas.

Na região de Búzios, uma área de preservação ambiental foi alvo de zoneamento restritivo em termos de ocupação, de modo que possa ser preservada, ao mesmo tempo em que é aproveitada sustentadamente (BARBOSA, 2004).

É importante a necessidade de criar um sistema legal, em âmbito nacional e estadual, que habilite as agências governamentais a elaborar regulamentos, ter controle estrito sobre a utilização dos recursos naturais e sobre o gerenciamento dos ecossistemas frágeis, também de interesse do turismo (PEARCE, 2002).

O aproveitamento de uma área sob moldes sustentáveis poderá consolidar o crescimento econômico, com geração de emprego e renda mediante equilíbrio e respeito ecológico. Para isto, investimentos em fiscalização, sinalização turística e implantação de equipamentos de infra-estrutura para apoios diversos se fazem imprescindíveis (BARBOSA, 2004).

Por fim, havendo um planejamento e gerenciamento das atividades de ecoturismo de uma região, torna-se mais fácil alcançar a sinergia entre o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável.

#### 2.4.2 O ecoturismo e o paradigma do desenvolvimento sustentável

Até o final da década de sessenta, o desenvolvimento era visto a partir do paradigma do progresso, no qual os custos ambientais em termos de uso indiscriminado dos recursos naturais e a degradação da natureza eram considerados normais e necessários ao processo de desenvolvimento.

A partir da década de setenta, em conjunto com o surgimento dos movimentos ambientalistas, surge um novo paradigma: o desenvolvimento sustentável. Para a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento *apud* Silva (1997, p. 144), “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Sachs (1986, p. 18) defende que o desenvolvimento sustentável é apenas uma atualização lingüística para o ecodesenvolvimento, termo este usado largamente na década de 70. Para ele desenvolvimento sustentável é

[...] um estilo de desenvolvimento em que cada ecorregião insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas, como também aquelas de longo prazo.

Montibeller Filho (1999, p. 4) defende que “desenvolver é melhorar as condições de vida do homem” e, adicionando a preocupação com a conservação ambiental, obtém-se o desenvolvimento sustentável.

Na área de turismo, segundo Boullón (2003) o ecoturismo apresenta-se como uma forma de se promover o desenvolvimento, respeitando o princípio da sustentabilidade. Brandon e Margoluis (1996) definem como principal objetivo de um turismo ecológico bem sucedido a conservação da biodiversidade da área visitada.

Observa-se que o principal desafio do ecoturismo é permitir que o turismo se desenvolva, atendendo aos interesses da comunidade local, ao desenvolvimento econômico, à melhoria de qualidade de vida e também aos interesses de conservação socioambiental.

Por isso, “o ecoturismo é também definido como uma exploração econômica e não destrutiva da natureza, tendo como objetivo gerar recursos que conservem a natureza [...]” (SEBRAE *apud* SILVA, 1997 p. 146). O ecoturismo, planejado para proporcionar sustentabilidade em longo prazo, envolve enfoques qualitativos ao invés de apenas quantitativos, emprega os moradores locais e proporciona desenvolvimento socioeconômico (FERRETTI, 2002).

De acordo com Wearing (1999), o ecoturismo e o turismo orientado à natureza se realizam, normalmente, em regiões protegidas e remotas, zonas de beleza excepcional, de interesse ecológico e com uma grande importância cultural. Hoje em dia estas zonas têm se estabelecido para conservar a biodiversidade e para deter a perda de ecossistemas naturais em grande escala. O PNUMA e a UNESCO, inclusive, tem demarcado áreas consideradas de Patrimônio da Humanidade para garantir a preservação de recursos naturais e culturais de espaços de interesse da humanidade.

O autor afirma que no mundo existem aproximadamente oito mil e quinhentas zonas protegidas, as quais cobrem em torno de 5,17% da superfície do planeta, e que a criação de

zonas protegidas tem aumentado de maneira apreciável durante as duas últimas décadas. Cerca de 80% das zonas protegidas de todo o mundo foram estabelecidas depois de 1962. As zonas protegidas na costa Rica, por exemplo, passaram de trinta em 1970 a mais de duzentas e trinta em 1990.

A partir de uma perspectiva ecocêntrica, pode-se argumentar que não seriam necessárias zonas protegidas se a relação do homem com a natureza não fosse baseada na exploração, e este é o ponto chave sobre o estabelecimento de zonas protegidas, em particular no que diz respeito ao ecoturismo já que, essencialmente, “a humanidade depende daquilo para o qual representa uma ameaça” (WEARING, 1999).

De acordo com o autor, a União Internacional para a Conservação da Natureza identifica claramente a conservação como objetivo fundamental, incluindo: proteção da diversidade genética e biológica e a provisão das condições necessárias para realizar controles biológicos que sirvam de referência no momento de contrastar os efeitos que se associam com o desenvolvimento.

Wearing (1999) afirma que, para os defensores da conservação, o fundamental é *como* conservar. Reformadores do meio ambiente necessitam de propostas políticas que os oriente na consecução de objetivos claramente práticos. Desta forma, o ecoturismo, como estratégia para lograr o desenvolvimento sustentável, vai se transformando cada vez mais em uma filosofia política à qual recorrem os gestores de zonas protegidas e agências de conservação, os quais encontram no ecoturismo um meio de obter resultados práticos na luta por estabelecer as bases que permitam conseguir a proteção permanente para estas zonas.

O autor afirma que, sem embargo, o argumento de que as zonas protegidas são um recurso que se pode desfrutar para fins relacionados com o ócio e o turismo gera um grande dilema. Este dilema se estabelece entre a concepção atual da proteção baseada em objetivos utilitários e a noção de uma conservação futura estruturada em torno do valor intrínseco da natureza.

O turismo se utiliza cada vez mais como base de uma proposta econômica que se orienta sobre a conservação do entorno natural e deixa de lado o desenvolvimento destas zonas para usos alternativos. Esta valoração econômica está sendo cada vez mais utilizada para justificar a existência de espaços protegidos, empregando como argumento o “valor” demonstrável relacionado à flora e à fauna silvestres como aos próprios ecossistemas. O turismo está adquirindo um papel cada vez mais relevante dentro destas estratégias, já que

os turistas pagam com gosto para poder desfrutar da experiência proporcionada pelo entorno natural ainda em estado puro (WEARING, 1999).

Como exemplo de estratégia de promoção do turismo relacionada à conservação dos recursos naturais, o autor cita um pôster espalhado nas ruas da Tanzânia com o seguinte escrito: "Nossas zonas protegidas supõem importantes ingressos para a Tanzânia. Protejam-as!"

Enquanto os outros tipos de turismo mais convencionais modificam o entorno para se adequar às necessidades específicas de sua clientela, os ecoturistas não esperam, nem sequer desejam, que se produzam modificações substanciais do entorno natural. Não obstante, existe a inquietude de que o ecoturismo atue de uma forma muito parecida a do turismo de massas, com a única diferença de que no ecoturismo os recursos são destruídos a um ritmo mais lento (WEARING, 1999).

O autor afirma que os ecoturistas preferem viver a experiência de encontrar-se em zonas naturais que se mantêm em estado puro e, por conseguinte, existe uma importante coincidência de interesses a favor dos objetivos de conservação. Mesmo que o ecoturismo dirigido ao entorno natural virgem possa ter efeitos positivos, é importante que os gestores sejam conscientes dos potenciais efeitos adversos para poder combatê-los mediante um planejamento cuidadoso e gestão efetiva. As agências que administram as zonas protegidas podem sentir-se atraídas de forma significativa pelos benefícios econômicos do turismo, uma circunstância que pode pôr em perigo os objetivos de conservação.

De acordo com Wearing (1999), é essencial ressaltar que, quando a promoção do ecoturismo tem como objetivo proporcionar benefícios econômicos às zonas protegidas, o próprio parque deve ser administrado, observado e controlado de forma rigorosa, mediante a aplicação de medidas de proteção de modo a impedir a deterioração do ambiente diante à presença dos turistas. Não obstante, muitas destas zonas carecem de infra-estrutura e, portanto, os gestores dos parques dispõem de escassos recursos para afrontar os níveis e desenvolvimento cada vez maiores que o turismo vem alcançando.

Um dos aspectos que se deve levar muito em conta no momento de afrontar questões relacionadas com a gestão do ecoturismo em locais naturais é a maneira de buscar um equilíbrio que consiga maximizar o aproveitamento por parte dos visitantes, mas que, ao mesmo tempo, minimize os efeitos negativos que o desenvolvimento turístico provoca (WEARING, 1999).

O autor afirma que já está demonstrado que a defesa das zonas protegidas exclusivamente pelo seu valor intrínseco é difícil. Em sociedades capitalistas as concessões caras sobre os escassos recursos devem embasar-se em critérios amplos e ser integradas a um marco de gestão coerente. E o ecoturismo tem tornado possível a obtenção destes objetivos.

Por fim, a sustentabilidade é um fator chave para o ecoturismo. A meta do ecoturismo é uma sustentabilidade que visa proporcionar uma base de recursos para o futuro e assegurar a produtividade desta base de recursos, manter a biodiversidade, e evitar que se produzam mudanças ecológicas irreversíveis. Para isto, um planejamento turístico torna-se fundamental.

## **2.5 Planejamento Turístico**

O planejamento turístico é importante para a prática de um turismo que segue os princípios da sustentabilidade. Visando preservar os atrativos turísticos naturais, o Professor Roberto Boullón (1985) sugere a utilização de uma metodologia para realizar o levantamento dos atrativos turísticos de determinada localidade.

### **2.5.1 Inventário do Patrimônio Turístico**

A metodologia para o Inventário do Patrimônio Turístico de um país se divide em quatro partes: Atrativos Turísticos, Facilidades Turísticas, Infra-estrutura e Atividades (BOULLÓN, 1985).

De acordo com o autor, o inventário dos atrativos turísticos é um catálogo ordenado dos lugares, objetos ou acontecimentos de interesse turístico de uma área determinada. Sua confecção implica dois passos: o registro da informação e a avaliação dos atrativos turísticos.

O registro da informação: consiste na recopilação de todos os dados sobre os atrativos turísticos da área, ordenados segundo um sistema de classificação que divide os recursos em cinco categorias, subdivididas em tipos e subtipos.



As categorias constituem-se por: lugares naturais; museus e manifestações culturais; folclore; realizações técnicas, científicas ou artísticas contemporâneas; e acontecimentos programados.

A categoria lugares naturais registra os diferentes lugares da área em questão considerados em razão de seu interesse como paisagem, com a exclusão de qualquer outro critério. Esta categoria subdivide-se nos seguintes tipos: montanhas; planícies; costas; lagos, lagoas e mangues; rios; quedas de água; grutas e cavernas; locais de observação de fauna e flora; locais de caça e pesca; caminhos pitorescos; termas; e parques nacionais e reservas de fauna e flora.

Dentro do tipo "costas" o autor destaca os seguintes subtipos: praias, recifes, barras, ilhas, fiordes, canais, penínsulas, baías e enseadas.

O autor afirma que para descrever as características relevantes dos atrativos se utiliza esta classificação, na qual tais características vêm aclaradas para os tipos, devendo selecionar-se as adequadas aos subtipos.

Para o registro material da informação, Boullón (1985) indica que seja elaborada uma ficha com todos os dados necessários para sua identificação, os quais consistem em:

- a) Nome, categoria e tipo ou subtipo
- b) Hierarquia
- c) Localização
- d) Meios de Acesso
- e) Número aproximado de visitantes e épocas do ano de maior visitação
- f) Características que lhe dão interesse turístico.

A avaliação dos atrativos turísticos constitui-se de um exame crítico dos recursos relevados para estabelecer seu interesse turístico sobre bases objetivas e comparáveis, assinalando-se a correspondente hierarquia. As hierarquias se denominam, de maior a menor, hierarquia IV, hierarquia III, hierarquia II e hierarquia I. Os atrativos cujas qualidades não permitem incorporá-los à hierarquia I se consideram inferiores ao patamar mínimo, podendo denominar-se de hierarquia 0. Os critérios de avaliação são:

- a) Hierarquia IV: atrativo excepcional e de grande significação para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente de

visitantes (atual ou potencial), medida como uma porcentagem do total da demanda do país ou de algum mercado específico.

b) Hierarquia III: atrativo com características excepcionais em um país, capaz de motivar uma corrente (atual ou potencial) de visitantes do mercado interno ou receptivo em menor porcentagem que os de hierarquia 4, seja por si só ou em conjunto com outros atrativos paralelos.

c) Hierarquia II: atrativo com alguma característica chamativa, capaz de interessar visitantes de longa distância, seja do mercado interno ou receptivo, que tivessem chegado a sua zona por outras motivações turísticas, ou de motivar correntes turísticas locais (atuais ou potenciais).

d) Hierarquia I: atrativos sem méritos suficientes para serem considerados ao nível das hierarquias anteriores, mas que igualmente formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem completar outros de hierarquia mais elevada no desenvolvimento e funcionamento de qualquer das unidades que integram o espaço turístico.

Desta forma, com base no processo de hierarquização do Inventário do Patrimônio Turístico elaborado por Boullón (1985) e nas outras teorias abordadas, será realizado um estudo de caso.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com o pensamento de Gil (2002), uma pesquisa pode ser definida como um procedimento racional e sistemático, que tem como objetivo procurar respostas aos problemas propostos.

Diversas classificações podem ser usadas para descrever um mesmo estudo, as quais se diferenciam de acordo com as variáveis, técnicas e instrumentos utilizados nas etapas desenvolvidas durante o processo de pesquisa.

#### 3.1 Abordagem e tipo de estudo

A presente pesquisa recebe diversas classificações que, de acordo com os autores utilizados como base, são: caráter acadêmico, predominantemente qualitativo, estudo de caso, exploratório, descritivo – explicativo e teórico-aplicado.

Primeiramente, Santos (2000) define esse estudo como uma pesquisa acadêmica a qual visa despertar o espírito de busca intelectual autônoma, cujo principal resultado seria a aquisição de método para a indagação intencional.

A pesquisa também teve caráter predominantemente qualitativo, tendo em vista que, de acordo com o que preconiza Godoy (1995, p. 62), “tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. Na visão da autora, pôde-se verificar, durante o processo de pesquisa, que a pesquisadora compreendeu e interpretou os dados coletados a partir da percepção dos sujeitos alvos e dos documentos oficiais.

Dentro da classificação de pesquisa qualitativa, esta pesquisa é denominada estudo de caso, o qual, segundo Godoy (1995, p. 25), “se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Nesta pesquisa o objeto analisado é a Ilha do Campeche.

De acordo com os pressupostos de Gil (2002), esta pesquisa também pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa.

Exploratória, pois utiliza, em um primeiro momento, o levantamento bibliográfico, para que o tema fosse aprofundado e para que a pesquisadora pudesse “acumular conhecimento”, como afirma Vergara (1997).

Em uma segunda etapa, de acordo com os princípios resgatados por Gil (2002), a pesquisa teve cunho descritivo - explicativo, pois a intenção do estudo foi fazer a descrição de um determinado fenômeno, através da utilização de técnicas padronizadas de coleta de

dados. Posteriormente, procurou-se identificar fatores que determinam ou contribuem para a realização das atividades de ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche.

“A pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas potenciais” (VERGARA, 1997, p.45). Com isso, pode-se caracterizar a pesquisa como sendo teórico-aplicada, pois agregou os conhecimentos teóricos no estudo de campo da pesquisa, a fim de propor alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo marítimo sustentado na Ilha do Campeche.

Quanto às fontes de informação utilizadas para responder ao problema de pesquisa, segundo Souza *et al* (2007), pode-se caracterizar esta pesquisa como de campo, documental, bibliográfica e *ex-post fact*.

Pesquisa de campo, haja vista que a pesquisa foi feita em um campo aberto, junto ao objeto de estudo – entrevista realizada com Mário Del Rey Matos, presidente da Associação Couto Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche - como afirma Souza *et al* (2007). Lakatos e Marconi (1991) concordam com essa classificação, afirmando que a pesquisa de campo corresponde ao levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem.

Foi realizada a investigação documental para possibilitar a análise do gerenciamento de atividades de ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche. Essa investigação tem por característica ser a fonte de coleta de dados restrita a documentos.

Bibliográfica, pois em uma das etapas do processo da pesquisa, utilizou-se de materiais publicados como livros, revistas ou meios eletrônicos, através de sua identificação, seleção e análise. Para Martins (1994, p.28), o estudo bibliográfico “trata-se de estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto”.

*Ex-post fact*, na classificação de Souza *et al* (2007), refere-se a um estudo que parte de um fato passado, para verificar a existência de relação entre as variáveis. Como foi feita a análise das atividades de ecoturismo marítimo já desenvolvidas na Ilha do Campeche, pode-se considerar a pesquisa como *ex-post fact*.

### **3.2 Instrumento de pesquisa e coleta de dados**

Para que se pudessem responder os objetivos da pesquisa, foram coletados dados primários e secundários.

De acordo com Godoy (1995), os dados de um estudo de caso podem ser coletados através de entrevistas, observações, análise de documentos e, se necessário, medidas estatísticas. Nesta pesquisa os instrumentos utilizados foram a entrevista e a análise de documentos.

Para a coleta de dados primários, foi utilizado o método da comunicação que, segundo Goode (1979), pode ser compreendido como o questionamento que ocorre de forma verbal ou escrita, visando à obtenção das informações desejadas sobre a população alvo de pesquisa.

Ainda de acordo com esse autor, a pesquisa foi realizada através do método da comunicação, por entrevista pessoal, individual, com a utilização de formulário não disfarçado. Goode (1979) define formulário como coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa.

A aplicação do formulário foi realizada no dia 23/10/2008 através de entrevista com Mário Del Rey Matos, presidente da Associação Couto Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche, após ser feita uma breve explanação sobre o mesmo. O instrumento foi considerado não disfarçado, pois o respondente do formulário teve pleno conhecimento sobre o tema da pesquisa em questão; e mostrou-se adequado, uma vez que o respondente teve plena capacidade de respondê-lo. Esta entrevista foi gravada, tornando os dados obtidos mais precisos (GODOY, 1995).

Para a obtenção de dados secundários o instrumento utilizado foi a análise de documentos, a qual apresentou-se na forma de livros, documentos internos da prefeitura do município de Florianópolis, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Fundação do Meio Ambiente, artigos e também na forma eletrônica, através da internet. Por conter valor formal, esta técnica de coleta de dados tem como objetivo confirmar e valorizar as informações obtidas nos outros métodos de coleta de dados (ROESCH, 1999).

### **3.3 Universo e sujeito da pesquisa**

O sujeito de pesquisa sobre a ótica de Vergara (1997, p.48) é definido como “um elemento (empresa, produto, pessoa, por exemplo) que possui as características que serão objetos de estudo”.

Nesta pesquisa, o sujeito em estudo foi Mário Del Rey Mattos, Presidente da Associação Couto Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche, visando obter informações sobre a situação do ecoturismo marítimo no local.

### **3.4 Limitações**

Dentre as limitações desta pesquisa, pode-se destacar o fato desta ser um estudo de caso, não podendo ser generalizada. Desta forma, as conclusões obtidas dizem respeito apenas ao ecoturismo marítimo realizado na Ilha do Campeche, no período de agosto a outubro de 2008.

Outra limitação consiste no fato da entrevista ter sido realizada apenas com Mário Del Rey Mattos, Presidente da Associação Couto Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche. Devido a isso, deve-se considerar que os dados obtidos na entrevista dizem respeito unicamente à opinião do presidente da entidade.

Após o levantamento das informações foi realizada a análise, a qual consiste na confrontação da teoria com a realidade observada.



## 4 ANÁLISE

Com o intuito de verificar a atual situação do ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche, neste tópico será realizada a confrontação da realidade observada com a teoria pesquisada. Na seqüência, serão demonstrados os resultados obtidos a partir da análise dos dados referentes aos objetivos específicos desta pesquisa.

### 4.1 Caracterização da Ilha

A Ilha do Campeche é um espaço costeiro situado na costa leste da Ilha de Santa Catarina, a mil e quinhentos metros de distância. É a maior das ilhas que circundam a ilha principal. De acordo com Ros (2003) caracteriza-se pelo clima úmido, com precipitações médias de 1.406 milímetros por ano e temperatura média anual de 20 graus Celcius, que em janeiro chega a 24,3 graus Celcius e em julho a 16,4 graus Celcius. Os ventos mais frequentes são do quadrante nordeste, mas também há presença do quadrante sul, o que faz com que os ventos tenham um importante papel no clima, ao passarem pela ilha com frentes frias e quentes. Seu formato é semelhante ao da Ilha de Santa Catarina, só que em pequena escala. Tem aproximadamente mil e seiscentos metros de comprimento e setecentos metros em sua maior largura. Seus costões rochosos voltam-se para o oceano enquanto, na costa oeste, protegida dos ventos e das correntes marinhas, situa-se a Praia da Enseada.

Três elevações destacam-se, a maior delas uma colina de oitenta e nove metros de altitude, além de dois outeiros: um plano, ao sul, e outro convexo, ao norte. No oeste, uma planície circunda a praia arenosa da Enseada.

A ilha é quase totalmente circundada por costões rochosos (diabásio de cor preta e granito), com exceção de uma pequena faixa de areia com pouco mais de quinhentos metros do lado oeste, que a torna ótima para aportar embarcações, longe do perigo dos ventos. Devido à inexistência de trapiches, as embarcações são ancoradas próximo à praia. É lá mesmo onde desembarcam todos os visitantes. As condições favoráveis de sua baía também são confirmadas por Virgílio Várzea (VÁRZEA, 1985, p. 148) “esta ilha apresenta (...) uma reentrância a oeste abrigada dos ventos do largo, reentrância que oferece um pequeno, mas excelente ancoradouro aos navios de porte comum.”

Em seus quinhentos mil metros quadrados de superfície, a ilha reúne recursos naturais, arqueológicos e paisagísticos, numa composição singular de beleza, história e

mistério. Geologicamente trata-se de um embasamento granítico coberto com derrames recentes de origem marinha, eólica e fluvial (CHAMAS, 2005).

As inscrições líticas e rupestres despertam a curiosidade e a admiração de muitos. Diante da arte, da expressividade e dos mistérios nelas retratado, a ciência pouco ou quase nada pôde desvendar sobre as origens, o significado e mesmo a datação de tão importantes manifestações daquelas civilizações primitivas (MAZZER, 2001).

A ilha comporta algumas vertentes de água potável que formam pequenos cursos, os dois principais com cento e setenta e cento e quarenta metros de extensão.

A flora da Ilha do Campeche é rica em espécies vegetais, classificadas pelos estudiosos em 147 variedades de 57 famílias diferentes. Encontram-se agrupadas em três formações distintas: restinga, costões rochosos e floresta sub-tropical. Pode-se observar, também, muitos animais, além de pássaros exóticos, que povoam a ilha, considerada um verdadeiro santuário de animais nativos, como lagartos, morcegos, golfinhos, lobos e leões marinhos. Entre os animais nativos da ilha, alguns estão em fase de extinção, como o tié sangue.

Além disto, dentre os principais atrativos da Ilha do Campeche, encontram-se suas inscrições rupestres.

#### 4.2 Sítios Arqueológicos

A arte rupestre ou petróglifo, como são conhecidas as gravuras em rochas, são vistas como símbolos geométricos abstratos e representaram, na antiguidade, uma forma de expressão. Para cada símbolo são atribuídos vários significados. Campeche é a ilha mais rica em Petróglitos de que se tem conhecimento (LUCAS, 1998).

A ilha destaca-se por conter a maior concentração de sítios arqueológicos do sul do Brasil. Segundo Rohr (1969, p. 20), importante arqueólogo catarinense “Campeche é a ilha mais rica em petróglifos de que temos conhecimento”. Com nove sítios de inscrições rupestres, Lucas (1996) descreve que ela contém 53% das inscrições rupestres de Florianópolis. A ilha contém ainda alguns sambaquis (cemitérios indígenas), alguns marcos naturais, como é o caso da Pedra Fincada, além de curiosidades como a Toca do Morcego, que também é um sítio e é uma caverna que atravessa a ilha de um lado ao outro. Além disso, também existem algumas oficinas líticas, também conhecidas como brunidores, onde habitantes pré-históricos fabricavam e poliam seus artefatos feitos com ossos e pedras.

Apesar de ter sido dinamitada em vários lugares por caçadores de tesouros, ela tem 167 inscrições rupestres datadas, aproximadamente, de 2 a 6 mil anos atrás, feitas provavelmente por povos pré-colombianos que usavam a técnica do picoteamento com posterior polimento. A arqueologia, até o presente momento, define a existência de três tradições culturais da costa catarinense. Além disso, a originalidade de muitas gravações faz com que algumas inscrições não possam ser comparadas com nenhuma arte pré-histórica já conhecida (DE MAIS, 2006).

Pela importância e significado históricos, a ilha foi apresentada em um simpósio científico internacional sobre arte rupestre e teve um artigo publicado em anais, que descrevia os tipos de inscrições que ela tem. Triste é saber que, além dos danos causados por líquens, fungos e musgos que encobrem as inscrições e por algumas causas naturais, elas são muitas vezes depredadas pelos quase dois mil visitantes – turistas e nativos – que lá desembarcam em finais de semana de alta temporada, e querem levar consigo alguma recordação da ilha ou picham inscrições rupestres de dois a seis mil anos de idade. Este fato é citado também por Rohr (1969), o qual afirma que após anos de preservação este patrimônio tem sido objeto de periódicas agressões ao longo da segunda metade do século passado, no caso o XX.

#### **4.3 A Ilha do Campeche: Patrimônio Nacional**

A riqueza arqueológica e paisagística da Ilha do Campeche habilitou-a ao tombamento como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano 2000, o qual, vinculado ao Ministério da Cultura, é responsável pela identificação e proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. A proposta de tombamento apresentada pelo IPHAN demonstra, em sua justificativa, a importância da ilha, ao declarar tratar-se do maior conjunto de inscrições rupestres do litoral brasileiro.

A medida veio ao encontro das aspirações de entidades e lideranças comunitárias que lutavam há anos pela preservação dos recursos naturais e históricos da ilha, em especial da Associação Couto de Magalhães, que carrega em seu nome o tema da Preservação da Ilha do Campeche.

A ilha está protegida em âmbito municipal pela Lei nº 2.193/85 de 03/01/1985, a qual dispõe sobre o zoneamento e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina. Em seu art. 21, item V, define costões, promotores, tómbulos, restingas e ilhas

como área de preservação permanente (APP), por serem necessários à preservação dos recursos e das paisagens naturais (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Mesmo diante da importância histórica e ambiental, a ilha não é restrita a pesquisadores e, mesmo tombada, continua aberta ao público. A ilha já era e continua sendo protegida pela legislação nacional que regula as ilhas costeiras e os sítios arqueológicos, e pela legislação municipal que trata das áreas de preservação permanente (FILHO, 2003).

O tombamento, no entanto, garantiu-lhe o status de patrimônio nacional, protegendo-a com rigor jurídico maior e habilitando-a a pleitear recursos que valorizem seus bens arqueológicos e paisagísticos. Qualquer intervenção, uso ou alteração, passa a submeter-se à criteriosa análise do IPHAN.

Neste contexto, observa-se o controle estrito sobre a utilização dos recursos naturais e o gerenciamento dos ecossistemas frágeis por parte de um sistema legal, em âmbito nacional e estadual, o qual é defendido por Pearce (2002).

#### **4.4 Campeche: a Ilha de Páscoa do Atlântico**

Se a capital catarinense tem sido chamada por vezes de “A Ilha de Páscoa do Atlântico”, isso se deve principalmente à Ilha do Campeche. Localizada a sudeste de Florianópolis, ela já seria um local inesquecível para qualquer visitante apenas pela sua beleza natural. Com águas cristalinas, em épocas do ano ideais para a prática de mergulho, é chamada por alguns visitantes de “Caribe de Floripa” ou, como diz um pesquisador que há mais de 20 anos estuda os enigmas da arqueologia local, Keler Lucas (1996): “é a nossa Ilha de Páscoa”.

Sua paisagem une praia, animais nativos e mais de 100 espécies vegetais, tudo isso num pedaço de terra de cerca de 500 mil metros quadrados em pleno Oceano Atlântico. Mas a ilha ainda reserva outra surpresa. Ali está a maior quantidade de monumentos rupestres do litoral do hemisfério sul do planeta. São 167 sinalizações rupestres em 14 sítios arqueológicos com gravuras esculpidas nas pedras, além de nove oficinas líticas usadas pelos antigos para produzir, afiar e polir instrumentos (MAZZER, 2001).

Foi devido ao reconhecimento de tal importância histórica e arqueológica que o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) tombou a Ilha do Campeche, em julho de 2.000, como patrimônio arqueológico e paisagístico brasileiro.

As divergências entre os estudiosos são grandes quando o assunto é a famosa Pedra Fincada, uma curiosa formação rochosa de *mais de dez metros de altura localizada na ilha*. Lucas (1996) acredita que o bloco fazia parte de um conjunto lítico importante, com função religiosa, uma espécie de templo, ou centro ritualístico das antigas populações que habitaram o local.

Já De Mais (2006) diz que não há evidências de que a pedra tenha sido colocada ali pelo homem e defende que ela é resultado de um processo de erosão dos costões de rochas pela ação da água do mar. Porém, sabe-se que a presença do homem na ilha já ocorreu há muitos anos.

#### **4.5 Ocupação humana**

A ocupação humana da ilha ainda não foi cientificamente esclarecida, já que até hoje não foram encontrados vestígios de ocupação permanente. Sabe-se, no entanto, que a ilha servia de abrigo para a pesca ou para a habitação temporária de povos pré-históricos que deixaram vestígios nos monólitos da ilha. A pesca foi a principal motivação à formação de *grupos na ilha ao longo do século XX*. Houveram algumas instalações feitas durante as estadas temporárias dos pescadores que, por mau tempo e mar agitado, não podiam retornar ao continente no mesmo dia e, por isto, foram feitas construções de pequenos casebres para suas permanências no local. Com o tempo, as esposas dos pescadores começaram a acompanhá-los em suas atividades e, enquanto eles pescavam, elas permaneciam no local à espera dos mesmos (VÁRZEA, 1985).

A ilha tem passado, nos últimos anos, por diversas apropriações. Em 1940, o Clube de Caça, Pesca e Tiro Couto de Magalhães obteve licença de ocupação de 378.648 metros quadrados. O clube cedeu um espaço de três mil metros quadrados aos pescadores locais, para que tivessem um local para armazenar materiais e pernoitarem. Porém, em 1983, os pescadores venderam esta área da ilha para a empresa pesqueira Pioneira da Costa. A empresa está, desde maio de 1996, solicitando o licenciamento ambiental para implantação de fazenda marinha num espaço de quadro hectares na região da Toca das Cabras (ROS, 2003).

Por ser ilha costeira é propriedade da União, possuindo duas inscrições de ocupação registradas na secretaria do Patrimônio da União –SPU:

- a) Clube de Caça, Pesca e Tiro Couto de Magalhães, como ocupante inicial, com área de 378.648 metros quadrados, compreendendo toda a ilha, excluindo a porção ocupada pela Pesqueira Pioneira da costa.
- b) Pesqueira Pioneira da Costa S/A, com área de três mil metros quadrados, sendo frente de cinquenta metros de praia e profundidade de sessenta metros.

#### **4.6 Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche**

Fundada em nove de fevereiro de 1940, a Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche (ACM) é uma sociedade recreativa e ecológica sem fins econômicos, a qual é responsável pela administração da ilha.

O presidente da ACM afirma que várias pessoas que tinham o hábito de caçar e pescar utilizavam os costões do mar para fazer a pesca, e a própria ilha para praticar a caça. Desta forma, a história da associação iniciou-se com alguns abnegados em torno do antigo Clube de Caça, Tiro e Pesca Couto de Magalhães. A pequena caça da floresta sub-tropical já era, na época, submetida a sérios cuidados para preservá-la em seu habitat nativo, com a introdução de algumas frutíferas propícias à alimentação dos animais. Seus sócios preferiam a abundante pesca em seus costões, onde a Pedra Furada, por exemplo, constituía-se em um rico pesqueiro de garoupas.

O presidente da ACM afirma que, na época, o objetivo da associação era a caça e a pesca. Estes objetivos foram modificados e, hoje, encontra-se a fase da preservação da Ilha do Campeche, não sendo mais praticada a caça. Esta fase iniciou-se nos final dos anos sessenta, que foi quando se deixou de ser um clube de caça e pesca para se tornar um clube de preservação. Pode-se observar que a mudança de objetivos da associação coincide com o surgimento do paradigma do desenvolvimento sustentável, observado a partir da década de setenta.

A associação é composta por 246 associados, dentre os quais estão cem pagantes, e preserva há mais de sessenta anos um dos mais valiosos patrimônios arqueológicos e ecológicos brasileiros. Foi reconhecida de utilidade pública pela Lei Estadual nº 2.280 de 23 de outubro de 1961, e seus objetivos estatutários são:

- a) Promover e incentivar a preservação do meio ambiente, sítios arqueológicos, o turismo ecológico e cultural, o excursionismo, a ecologia e o lazer;



- b) Organizar e participar de competições desportivas e das atividades acima referidas;
- c) Organizar e patrocinar reuniões, conferências e palestras;
- d) Divulgar e fazer observar a legislação nacional sobre o tema;
- e) Colaborar com o poder público, entidades e instituições nacionais e estrangeiras;
- f) Manter relações com instituições congêneres.

Há 100 sócios pagantes colaborando com a mensalidade de setenta reais, que gera uma receita de sete mil reais. Entretanto, as despesas da ACM totalizam uma média de doze mil reais mensais, portanto, a administração financeira da associação é muito complexa, sempre devendo buscar parcerias e apoio de terceiros para poder realizar todas as suas ações.

O presidente da ACM afirma que, mantida basicamente pela mensalidade de seus associados, a associação emprega estes recursos na manutenção de duas embarcações, no pagamento de funcionários e tributos, e na manutenção das instalações da ilha. Sua administração é composta de voluntários, sem remuneração, eleitos democraticamente pelos associados a cada dois anos.

A atual administração e os abnegados de hoje mantêm um serviço de vigilância e orientação na ilha durante os 365 dias do ano. Entre as ações desenvolvidas ou em fase de implantação estão:

- a) Confeção e Implantação de plano de manejo;
- b) Implantação do sistema de energia solar;
- c) Implantação de trapiche;
- d) Estudos e mecanismos de controle de capacidade de carga da ilha;
- e) Melhoria no sistema de saneamento básico (esgoto, coleta e manejo de lixo);
- f) Controle efetivo de acesso às trilhas;
- g) Turismo educacional voltado a alunos, escoteiros e ONG's.

A melhoria no sistema de saneamento básico vai ao encontro das idéias de Dutra (2003), o qual afirma que a existência de serviços e infra-estrutura é uma pré-condição a ser observada para a prática do ecoturismo.

Quanto ao patrimônio físico a ACM mantêm um galpão com trapiche e duas embarcações na Praia da Armação. Também mantêm uma sede na ilha, a qual é composta por três casas com banheiros e cozinha comunitários, alojamento masculino e feminino com capacidade para trinta pessoas cada, além de vinte e cinco quartos para casais. Há também

uma casa do “chacreiro”, que é o encarregado para manutenção dos serviços gerais. Uma quinta casa, de construção mais recente, no canto direito da praia, abriga o bar terceirizado, aberto ao público com sala de jogos (FILHO, 2003).

Os associados titulares têm permissão de se deslocarem até a ilha acompanhados de seus cônjuges e filhos menores de dezoito anos. De acordo com o presidente da ACM, ao completar dezoito anos, estes membros deixam de ser dependentes e devem virar associados titulares, contribuindo com a mensalidade, ou desvinculam-se da associação. Ele afirma que os meses de maior procura pelas casas são janeiro e fevereiro, além de feriados nacionais, férias de julho e reuniões de comemorações e confraternizações.

Cooper (2001) afirma que o planejamento estratégico, através da perspectiva de longo prazo, proporciona controle e responsabilidade para impedir que a destinação exceda sua capacidade e que o inevitável declínio que se segue na visitação não aconteça. Seguindo a mesma linha, Boo (1999) afirma que o risco de um turismo predatório pode ser reduzido com um planejamento turístico. No mesmo contexto destes dois autores, a ACM efetivou a elaboração do plano de um projeto global de preservação da Ilha do Campeche, com inúmeras ações. Este projeto é uma proposta para execução do Plano de Gestão Ambiental da Ilha do Campeche, o qual foi elaborado por empresa particular, e enviado à Procuradoria Geral da União e para o IPHAN no dia 13 de setembro de 2008. Entretanto, infelizmente, de acordo com o presidente da ACM, devido à burocracia a que estão sujeitos os órgãos públicos, ainda não foi enviada nenhuma resposta à proposta elaborada.

A divulgação às partes interessadas e às possíveis fontes de assistência técnica e financeira, com vistas à realização deste plano, é citada por Boo (1999) como a última etapa do processo de planejamento ecoturístico. Portanto, a implantação deste plano depende, agora, apenas dos trâmites nas entidades governamentais.

O projeto elaborado pela empresa, para ser posto em prática, requer um investimento de vinte e seis mil reais, e a ACM não dispõe dessa verba. Portanto a associação está solicitando recursos a órgãos públicos para, então, poder aplicar suas idéias.

Um dos objetivos do plano é definir e explicitar aos visitantes o que pode e o que não pode ser feito na ilha. Outro é a implantação de um centro de visitação para o qual os visitantes serão encaminhados, o qual será um salão com capacidade para receber cerca de cem pessoas, onde receberão todas as instruções em português, inglês e espanhol. Também é um objetivo uma breve apresentação da ilha em um telão, na qual o visitante conhecerá

todas as possibilidades de atividades e passeios, podendo optar pelas atividades que mais o agrade para desfrutar seu dia na ilha.

Este centro de visitação consiste em uma das nove diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo da Embratur, na qual consta o aprimoramento de serviços e infra-estrutura a serem utilizados, e vai ao encontro da idéia de Cooper (2001), o qual afirma que destinações com base em recursos naturais estão adotando planejamento, gerenciamento e técnicas interpretativas sofisticadas para fornecer uma boa recepção e uma experiência rica ao turista, *ao mesmo tempo em que se garante a proteção do próprio recurso natural.*

Outra entidade comprometida com a Ilha do Campeche é a Associação dos Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul.

#### **4.7 Associação dos Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul**

Os pescadores da Armação do Pântano do sul tradicionalmente fazem uso da Ilha do Campeche por sua grande diversidade e quantidade de peixes e *pelo abrigo seguro da baía.* Em função do defeso da anchova e diante da alta demanda turística, os pescadores passaram a oferecer transporte para a Ilha do Campeche durante o verão. Organizaram-se e fundaram, em fevereiro de 1994, a Associação de Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul (CHAMAS, 2006).

A autora afirma que a associação tem por finalidade proporcionar conforto a seus integrantes e incentivar o convívio harmonioso entre todos os pescadores da praia da Armação. A preservação do meio ambiente, da cultura açoriana, da pesca artesanal e o transporte de turistas para visitação do maior centro rupestre do Estado de Santa Catarina são outras de suas preocupações.

Para atender à demanda de visitantes à Ilha do Campeche, a associação mantém em atividade dezoito embarcações apropriadas, operadas por pescadores profissionais, habilitados e autorizados pela Capitania dos Portos para o transporte seguro das pessoas que demandam a ilha.

Com a participação desta associação no processo de visitação à Ilha do Campeche, pode-se afirmar a idéia de Dutra (2003), ao se perceber o emprego de mão-de-obra não qualificada tecnologicamente, já que o transporte das embarcações é realizado apenas por pescadores locais.

Além da ACM e da Associação dos Pescadores, a Associação dos Monitores Ambientais do Sul da Ilha de Santa Catarina (AMAISC) também está envolvida no gerenciamento da ilha.

#### **4.8 A Associação dos Monitores Ambientais do Sul da Ilha de Santa Catarina**

Por ocasião do tombamento um dos grupos existentes na ilha era formado por monitores jovens das comunidades próximas que, embora sem registro legal, intitulavam-se associação. Este grupo informal oferecia ao visitante a condução nas trilhas para visita aos sítios arqueológicos. Analisando a organização da visita e as indicações fornecidas por visitantes, ficou clara a necessidade de promover a qualificação profissional destes jovens, sendo definidas duas linhas de atuação: interferência na organização do processo de visita e promoção de cursos de capacitação (CHAMAS, 2006).

Na década de noventa, membros da comunidade da Armação e Pântano do Sul fundaram a Associação de Monitores Ambientais do Sul de Santa Catarina (AMAISC), cuja finalidade era organizar a visita aos sítios arqueológicos, às trilhas e às atividades realizadas no local (FILHO, 2003).

A interferência foi paulatina, iniciando pela oferta de cursos para credenciamento dos que pretendiam atuar junto à visita e seguindo com a introdução de orientação, indicação de critérios e, posteriormente, definição da normatização das atividades. Desta forma, a partir de 2005, o IPHAN assumiu totalmente a organização do processo de visita, criando a figura do coordenador, profissional de nível superior que passa a atuar como representante do IPHAN, diariamente presente na ilha, fazendo cumprir a organização pré-estabelecida (MAZZER, 2001).

Os cursos, com duração de noventa dias, passaram a ser oferecidos gratuitamente a partir de 2001, com exceção do ano de 2003, e as vagas são destinadas a membros das comunidades do entorno e representantes das três associações. No ano de 2005 foram oferecidas duas modalidades de curso: o básico, para iniciantes, e o complementar, para alunos credenciados no ano anterior. Estes cursos consistem em uma das nove diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo da Embratur, na qual consta a formação e capacitação de recursos humanos.

Indo ao encontro da idéia de Beni (1997), de que o turismo é um eficiente meio para promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores

naturais, culturais e sociais, o presidente da ACM afirma que, assim que as embarcações atracam, os visitantes recebem informações sobre a ilha dos monitores através da realização de uma reunião, na qual são abordadas as atividades permitidas e proibidas, e é distribuído um saco de lixo a cada visitante para que leve embora consigo seu lixo produzido na ilha.

As informações cedidas pelos monitores especializados proporcionam conhecimento sobre a fauna, a flora e a cultura local, de acordo com o presidente da ACM. Além disso, consistem em uma das nove diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo da Embratur, dentre as quais consta a informação ao turista a respeito de serviços e produtos, e orientação sobre conduta adequada.

Durante a entrevista, a pesquisadora sugeriu que estas instruções iniciais já poderiam ser dadas na própria embarcação, a caminho da ilha. Entretanto, o presidente da ACM argumentou dizendo que apenas algumas transportadoras dispõem de pessoal qualificado para isso, portanto seria necessário um treinamento. Mas o presidente da ACM acredita que este treinamento pode ser uma boa idéia, até mesmo para garantir maior segurança aos visitantes durante a travessia.

Isto facilitaria a transmissão de instruções aos visitantes, pois, na realidade, se observa o contrário. As escunas que chegam da Barra da Lagoa, por exemplo, na alta temporada chegam a desembarcar 80 pessoas de uma só vez, todas muito ansiosas e com vontade de aproveitar a praia e a ilha, não dando a atenção necessária aos monitores que os recebem na praia para dar as instruções iniciais e os sacos de lixo.

Esta recepção dos monitores assim que os visitantes chegam à ilha vai ao encontro da idéia de ecoturismo da Embratur, pois visa incentivar a conservação do patrimônio natural e cultural e busca a formação de uma consciência ambientalista, promovendo o bem estar dos envolvidos (BRASIL, 1994).

#### **4.9 Gestão Pública**

A Ilha do Campeche exerce singular destaque no acervo arqueológico catarinense. Este fato somado a denúncias de degradação e à solicitação de diretoria da ACM por uma forma de proteção especial geraram, após um processo de avaliações internas, a abertura do processo de tombamento pela superintendência Regional de Santa Catarina do IPHAN.

A ilha foi tombada em função de um decreto do Ministério da Cultura. De acordo com o presidente da ACM "esse tombamento foi pedido pela nossa diretoria no ano de



2.000". O IPHAN o aprovou e o pedido foi encaminhado ao Ministério da Cultura. Este pedido de tombamento originou-se do fato da ACM ser formada apenas por voluntários, portanto, a intenção inicial do pedido tinha como objetivo receber recursos, tanto do município, do Estado, ou de empresas privadas; com a finalidade de continuar mantendo a preservação da ilha.

Entretanto, ele afirma que o que ocorreu não foi isso. Ao contrário, hoje a ACM perde potencial de ação devido à grande burocracia existente nos órgãos públicos e fiscalizadores, como, por exemplo, o IPHAN. Todo o trâmite burocrático gera lentidão e impõe barreiras ao processo e nenhuma ação concreta ou resultado imediato na ilha.

De acordo com o presidente da ACM, algumas ações estão sendo realizadas na ilha hoje, entretanto, tudo é demorado, passando uma sensação como se não existisse o interesse dos órgãos públicos para o desenvolvimento da ilha.

O processo de tombamento foi aberto em junho de 1998 com a publicação da portaria do IPHAN, em julho de 2000. Ao longo desses dois anos, a instrumentalização do processo de tombamento compreendeu o envio de informações complementares, reuniões de avaliação junto à área central do IPHAN e vistorias ao local. Concomitantemente ocorreu uma aproximação lenta e gradual com todos ocupantes e usuários da Ilha do Campeche. Nessa etapa chamada de "tombamento provisório" as ações foram focadas em orientação, fiscalização e aproximação e conhecimento dos grupos ligados à ilha.

Durante o ano de 2001 foi instalado um processo de gestão participativa, a partir de reunião realizada na Procuradoria da República em nove de maio. O grupo formado era composto por órgãos públicos: Ministério Público Federal (MPF); Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA; Companhia de Polícia e Proteção ambiental (CPPA) e pelos grupos envolvidos (Associação Couto de Magalhães, Associação de Pesadores; Associação de Monitores e Pioneira da Costa).

As reuniões eram realizadas no IPHAN, e sob a coordenação deste e do Ministério Público, os trabalhos foram encaminhados visando à elaboração de um diagnóstico da Ilha do Campeche através da identificação de problemas e conseqüentes ações necessárias para adequar o uso à conservação.

O período inicial, destinado a elencar os problemas existentes, foi especialmente produtivo. Estes foram agrupados em: organização/normatização; uso e ocupação; trilhas; infra-estrutura básica; informação e educação; capacidade de suporte; pesca; mergulho; extrativismo; relacionamentos de instituições; ocupantes e empresas; planejamento. Durante este processo de compilação tornou-se visível a necessidade emergencial de atender a pontos



específicos, e foram formados seis sub-grupos de estudo para a elaboração de projetos para problemas emergenciais. Os temas eram: controle de tráfego marítimo, mergulho recreativo, visitação, trilhas, extrativismo marinho e fiscalização.

O grupo responsável pelo Controle de Tráfego Marítimo foi o único que elaborou um projeto, intitulado “Tráfego Marinho na Baía da Ilha do Campeche” com o objetivo de disciplinar o embarque e desembarque (através da instalação de uma raia), bem como o fundeio de embarcações fora da área de banho (definida por uma linha de bóias).

De acordo com o presidente da ACM, o único órgão que não recebe nada com a visitação da Ilha do Campeche é a ACM. A associação dos pescadores cobra uma taxa para realizar o transporte dos visitantes até a ilha. A Associação dos Monitores (AMAISC), por meio dos monitores, recebe a remuneração do trabalho de visitação de trilhas e mergulho contemplativo realizados na ilha. Portanto, todas as entidades envolvidas com a manutenção da ilha têm uma fonte de renda proveniente da visitação, com exceção da ACM, a qual sobrevive unicamente com as mensalidades de seus associados e apoio ou parcerias de terceiros.

Visando o gerenciamento da verba proveniente da visitação à Ilha do Campeche e seu investimento na própria ilha, foi criado, em 2004, o Termo de Ajuste de Conduta.

#### **4.10 Termo de Ajuste de Conduta**

Com o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado em final de 2004, passou-se a gerenciar a verba da visitação, ficando a cargo da administração da ACM, e definindo a retenção de 10%, reservado em conta específica para investimento na ilha. No último TAC a retenção de taxa estendeu-se aos transportadores (1%do bruto) e ao aluguel de equipamentos de mergulho feito pela AMAISC (20%) (CHAMAS, 2006).

De acordo com o presidente da ACM, todos os envolvidos na manutenção da ilha do Campeche participam do TAC: Polícia Federal, Polícia ambiental, Capitania dos Portos, IPHAN, Marinha, Associação de Pescadores, Associação Couto de Magalhães, AMAISC. Enfim, todas as entidades envolvidas com a Ilha do Campeche devem seguir este termo.

Em dezembro de 2004, inédita e experimentalmente, o TAC previu uma limitação da quantidade de desembarques diários, fixando em oitocentas e definindo cotas diferentes: 120 para ACM, 520 para a APAAPS e 160 para escunas da Barra da Lagoa. O TAC firmado

em 20/11/2005 atendeu ao pedido das escunas aumentando sua cota para 200, retirando a diferença da ASCM e da APAAPS (CHAMAS, 2006).

A autora afirma que, rotineiramente cuidando da regulamentação de uso e mediação de conflitos, com o apoio do Ministério Público Federal, o IPHAN trilha em direção a uma normatização cada vez mais específica e restritiva. Estas normas e restrições interferem, também, na visitação pública à ilha.

#### **4.11 Visitação pública da Ilha do Campeche**

Devido à proximidade da costa e à sua especial beleza cênica, águas transparentes e sítios arqueológicos, a ilha exerce um grande poder de atração turística na alta temporada. Em função deste potencial, diversos setores da atividade turística divulgam e incentivam um processo crescente de visitação, desprovido de estudo prévio das condições existentes e, tampouco, sem os necessários investimentos em infra-estrutura (MAZZER, 2001).

Em decorrência da divulgação e incentivo à visitação observados, Cooper (2001) afirma que, se não houver uma verdadeira revolução na consciência ambiental entre operadores de turismo e turistas, o ecoturismo permanecerá apenas sendo uma estratégia muito divulgada de marketing, enquanto empresas de turismo de visão estreita continuam a destruir o ambiente natural do qual elas dependem.

Além das suas belezas naturais, a Ilha do Campeche possui, também, pontos turísticos que são muito visitados por turistas o ano inteiro, principalmente na alta temporada de verão, de dezembro a março. Os principais atrativos que a ilha oferece são: a observação da arte rupestre; a caverna do morcego; o próprio caminho em meio à mata atlântica densa; assim como o mergulho contemplativo, que também é coordenado por uma equipe de monitores treinados e qualificados para a atividade (COSTA, 2007).

Entretanto, de acordo com o presidente da ACM, o maior atrativo que dá interesse turístico para a ilha é a sua praia. Ele afirma que apenas 20% das pessoas que vistam a ilha têm por objetivo conhecer as trilhas e as artes rupestres. Desta forma, pode-se afirmar que a praia é a energia potencial citada por Beni (1997), a qual se constitui no conjunto de recursos naturais ou culturais que exercem poder de atração sobre os turistas.

Um dos projetos da Associação Couto de Magalhães tem o objetivo de tornar a visitação cultural, e não de lazer. Neste contexto, pode-se observar a idéia de Swarbrooke (2000, p. 14), para o qual “o turismo cultural intensifica a auto-estima da comunidade local,

e oferece a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de formações diversas”.

Segundo o presidente da ACM, os visitantes são provenientes de todo o mundo e a época do ano de maior visitação compreende os meses de janeiro e fevereiro. Ele afirma que já houve muitos relatos de visitantes estrangeiros que disseram que a praia da Enseada seria a mais limpa e bonita que já tinham visto. Segundo ele, isso é devido ao fato da oxigenação diária do mar em torno da ilha, devido à influência dos ventos e marés.

De acordo com Filho (2003), partir de 1985 a ilha passou a enquadrar-se no Plano Diretor de Florianópolis como área de preservação permanente (APP), a qual não permite o assentamento humano, e muito menos atividades exploratórias. Este fato é um exemplo das afirmações de Dutra (2003), o qual afirma que através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo que foi desenvolvido em parceria com a organização Mundial de Turismo, os municípios turísticos brasileiros vêm investindo na elaboração de Planos Diretores Municipais.

Segundo Chamas (2005) foram analisados dados disponíveis sobre a visitação na Ilha do Campeche no período entre 1998 e 2005. Os levantamentos numéricos efetuados indicam o período entre o natal e o final de fevereiro como o mais significativo em termos de visitação. A variação das quantidades diárias está em função da temperatura e das condições de navegação, esta última responsável pelos dias sem visitação.

Há quatro grupos atuando no processo de visitação:

- a) Os ocupantes regulares – Associação Couto de Magalhães e Pioneira da Costa;
- b) Os prestadores de serviços de:
  - 1) Transporte (embarcações da Associação de Pescadores da Praia da Armação e da praia do Pântano do Sul, escunas da Barra da Lagoa e infláveis da praia do Campeche);
  - 2) Visitação (monitores e coordenadores);
  - 3) Alimentação (restaurantes – um na área da Associação Couto de Magalhães e outro na área da Pioneira da Costa);
  - 4) O comércio ambulante (vendedores ocasionais de artesanato, sorvetes, etc);
- c) Os visitantes;
- d) Os gestores (IPHAN e órgãos públicos fiscalizadores).

O transporte é representado principalmente por subgrupos da Praia da Armação do Pântano do Sul, da Barra da Lagoa e da Praia do Campeche. Os pescadores artesanais da Praia da Armação, formalizados em associação (Associação de Pescadores Artesanais da

Praia da Armação do Pântano do Sul) em 1994, transportam regularmente os turistas em seus barcos de pesca durante a alta temporada, a qual coincide com o defeso da anchova. Fora deste período o transporte é eventual e tratado individualmente, sem o controle da associação. Na Barra da Lagoa há três empresas de escunas que também realizam o transporte de visitantes à ilha. Na praia do Campeche, exatamente em frente à ilha, há seis botes infláveis que fazem a travessia (COSTA, 2007).

Devido à inexistência de trapiche na ilha, os desembarques são feitos próximos à praia ou com o auxílio de infláveis, e as embarcações rotineiramente ancoravam na área de banho. Em fevereiro de 2005, por empenho pessoal do então Capitão dos Portos de Santa Catarina, foi implementado o antigo projeto de Tráfego Marítimo produzido em 2001. Com a instalação das bóias, foram organizados os embarques, desembarques e área de ancoragem (CHAMAS, 2006).

Os visitantes externos que não possuem embarcação própria ou obtém convites cortesia dos sócios da ACM utilizam o transporte com ônus, sendo seu período de permanência de quatro horas. Podem visitar as trilhas somente acompanhados de monitores e mediante pagamento. Ainda fazem uso dos restaurantes e da área da praia.

Os monitores dividem-se em vários postos de função:

- a) Informações no trapiche da praia da Armação – discorrem sobre a ilha e as atividades, enquanto se aguarda a embarcação;
- b) Abordagem ao visitante na praia da Ilha do Campeche – estabelece o primeiro contato com o visitante que desembarca, indicando os eventos e fornecendo uma sacola plástica para que, ao ir embora, leve seu lixo produzido;
- c) Fiscalização nas entradas das trilhas – impede a entrada de pessoas sem o acompanhamento de monitores;
- d) Informações e venda de ingresso para trilhas terrestres e sub-aquáticas – conduzem os visitantes nos itinerários pré-estabelecidos.

Na coordenação da visitação há dois coordenadores ao dia, o geral e o de trilhas sub-aquáticas (eventualmente sub-coordenador). Até 2005 os coordenadores eram remunerados pelo IPHAN, mas por falta de recursos públicos, após esta data dividem a receita da visitação com os monitores (CHAMAS, 2006).

Pode-se observar que há razoável variação nas quantidades diárias de visitantes, fato decorrente da temperatura e das condições de navegação, esta última responsável pelos dias sem visitação. O levantamento da demanda das trilhas indica que a maior parte dos visitantes não as percorre, permanecendo na área da praia. Pode-se observar também a maior

procura por trilhas terrestres, explicada pela maior oferta de percursos, menor custo e natural aptidão ao meio (CHAMAS, 2006).

De acordo com o presidente da ACM, na temporada de verão a visitação na Ilha do Campeche cresce consideravelmente, fazendo com que o trabalho dos grupos que participam diretamente desse processo se intensifique. Após essa grande demanda do verão há um significativo desaquecimento de todas as atividades entre os meses de abril e dezembro. Os restaurantes fecham e, tanto o transporte como a monitoria tende a funcionar eventualmente. Com exceção feita às férias de julho e alguns feriados, neste período a visitação é numericamente insignificante.

No mesmo contexto defendido por Cooper (2001), de que regras e regulamentações para os turistas devem ser definidas com o objetivo de impedir a degradação ambiental, na Ilha do Campeche as normas para a visitação são:

- a) A visitação em qualquer trilha somente poderá ser feita se devidamente acompanhada por monitores da Associação de Monitores, exceção feita a membros da Associação Couto de Magalhães, da Associação de Pescadores e da própria Associação de Monitores;
- b) A monitoria dos trajetos pré-estabelecidos será feita por dois monitores;
- c) Os grupos formados deverão manter sua composição inicial, não sendo permitida a separação em dois ou mais grupos;
- d) Somente serão liberadas para acesso de visitantes as trilhas especificadas no cinco passeios descritos a seguir;
- e) Os passeios terão início às 9 horas e terminarão, no máximo, às 19 horas;
- f) Os passeios somente poderão ser feitos com a assinatura de termo de responsabilidade e conhecimento de possíveis riscos por visitante maiores de 21 anos ou seu responsável;
- g) Os passeios serão permitidos somente mediante a apresentação do passaporte individual devidamente preenchido.

A conduta de visitantes, estipulada pela ACM, é a seguinte:

- a) Não entrar nas trilhas sem o acompanhamento de monitores;
- b) Não fumar nas trilhas;
- c) Não fazer fogueiras;
- d) Não portar equipamento de som;
- e) Não mergulhar com nadadeiras fora da praia
- f) Seguir todas as orientações dos monitores.



E a conduta da equipe de monitoria:

- a) Todos os componentes da equipe de monitoria deverão, obrigatoriamente, portar crachá de identificação, tênis e camiseta fornecida pela AMAISC;
- b) Cabe a todos e quaisquer componentes da equipe de monitores informar oficialmente ao IPHAN e à Associação Couto de Magalhães todas as irregularidades ou interferências verificadas na Ilha do Campeche.

Assim como a visitação, as atividades marítimas também seguem normas e são monitoradas pelos responsáveis, visando à conservação do ambiente marítimo.

#### **4.12 O ambiente marítimo**

A Ilha do Campeche possui um grande potencial para a prática do mergulho. As pontas norte e sul, voltadas para o lado oeste da ilha, em direção à ilha de Santa Catarina, apresentam profundidade que varia de três a doze metros, com ótima visibilidade da água. O mergulho é realizado próximo aos costões rochosos, onde a fauna marinha é bastante rica em diversidade de peixes, moluscos, crustáceos e algas marinhas (COSTA, 2007).

A autora afirma que o mergulho tem duração de mais ou menos uma hora e quinze minutos, sendo sete o número máximo de pessoas por passeio, tendo o acompanhamento de um coordenador e dois monitores por mergulho realizado. É utilizado um barco para o transporte das pessoas até o local do mergulho. Todas as pessoas são equipadas com roupas de neoprene, máscara, snorkel e nadadeiras, sendo que o aluguel do equipamento é incluído no valor do passeio.

Esta atividade é realizada por uma equipe de monitores treinados, que passaram por um curso de capacitação em mergulho livre realizado pelo IPHAN, em parceria com o departamento de oceanografia da Universidade do Vale do Itajaí.

O encontro de duas correntes oceânicas na Ilha do Campeche traz várias espécies de aves marinhas antárticas que permanecem lá a caminho do Pólo Sul; são os albatrozes, andorinhas-do-mar, fragatas e pingüins, além de gaivotas que lá residem, alimentadas pela sobra de pescados (CHAMAS, 2006).

A Ilha do Campeche é conhecida pela riqueza de seu pescado, e o seu mar revela um colorido contagiante de peixes, corais, esponjas e ouriços. Nos meses de inverno as correntes geladas trazem leões-marinhos, focas e baleias Franca (COSTA, 2007).



A fauna marinha abriga, além de muitos peixes, corais e moluscos, e em alguns períodos do ano, golfinhos, lobos-marinhos e pinguins e baleias francas. As baleias passam por ali todo final de inverno, entre agosto e outubro, em rota migratória, na sua volta rumo à Antártida (ROS, 2003).

A maior transparência da água observada em Santa Catarina ocorre nos pontos amostrais situados mais afastados da costa, em ambiente marinho, nos locais de maior profundidade e com menor interferência do aporte fluvial, como no caso da Ilha do Campeche, onde foi registrada a maior profundidade ao longo do litoral catarinense para esta variável (12,2 metros), em março de 2003 (RODRIGUES, 2007).

De acordo com a autora, a Ilha do Campeche foi detectada com baixa concentração de coliformes, cuja variação esteve entre 0 e 195,1 coliformes/100ml. Esta condição coincide com a verificada em outras estações localizadas mais afastadas da costa e sob maior influência das correntes marinhas, como São Francisco e Arvoredo. Por isso, são capazes de exibir rápida recuperação após um evento que promova desequilíbrio ecossistêmico localizado.

De acordo com o presidente da ACM, as atividades marítimas permitidas são a pesca amadora e o mergulho contemplativo, além do banho de mar na região da praia. O mergulho contemplativo é realizado em duas localidades, e é procurado pelas pessoas que gostam do esporte e querem conhecer o entorno da Ilha do Campeche.

A pesca amadora também é realizada, até mesmo pelos membros da ACM, com a utilização de linha de arremesso ou linha de mão. Fora isso, há as colônias de pescadores no entorno da ilha, as quais são fiscalizadas pela Polícia Ambiental.

O mergulho contemplativo tem a duração aproximada de uma hora, e é realizado com o acompanhamento de coordenadores e instrutores da AMAISC, os quais são formados em curso de qualificação para a atividade. Este mergulho de apnéia, sem a utilização de tanques de oxigênio, e o número máximo de pessoas por mergulho é de sete, sendo que deve haver no máximo três pessoas por instrutor, para que seja realizado com segurança.

#### **4.13 Análise do trabalho de monitoria ambiental na Ilha do Campeche**

A praia é limpa duas vezes ao dia pela ACM com o auxílio dos monitores e o lixo gerado é reciclado, sendo levado de barco diariamente para a Praia da Armação, onde a empresa responsável faz a coleta. Desta forma, a pressão do lixo citada por Cooper (2001)

não ocorre na ilha, já que não há depósito de lixo inadequado ou sem planejamento. Este fato é positivo, já que, segundo Ferretti (2002), o lixo consiste em uma das principais fontes de poluição ou contaminação da água superficial. Já em relação ao lixo orgânico, na ilha também é feita a compostagem orgânica, realizada pelo restaurante da área da ACM.

De acordo com o presidente da ACM, o policiamento constante da parte aquático é realizado pela Polícia Ambiental. Já em relação à ilha em si, esta fiscalização é sob a responsabilidade do IPHAN, o qual controla trilhas, inscrições rupestres e oficinas líticas por meio da Associação de Monitores.

Os meios de acesso à ilha são embarcações. A maioria destas parte da Armação do Pântano do Sul, sendo um número aproximado de quarenta; três embarcações da Barra da Lagoa; e da Praia do Campeche são utilizados seis botes infláveis.

O presidente da ACM afirma que o controle dessas embarcações é realizado pela AMAISC, Associação de Monitores do Sul da Ilha de Santa Catarina, e são coordenados pelo IPHAN. O controle é realizado através de anotações sobre o número de embarcações que desembarcam na Ilha do Campeche.

Existe um número limitado de visitantes por dia, o qual é de oitocentas pessoas. Este número já foi de 1.500, passando a 1.200 e 1.000. Este limite vai ao encontro da idéia de Mathieson e Wall *apud* Cooper (2001, p. 145), para os quais a capacidade de carga consiste no “número máximo de pessoas que podem utilizar um local sem uma alteração inaceitável do ambiente físico e sem um declínio inaceitável na qualidade da experiência dos visitantes”. Entretanto, a dependência do clima é vital, pois há dias com tempo bom e mar agitado, fato que diminui a demanda, e há dias com condições do mar boas, porém, tempo ruim, que afasta o turista de programas ao ar livre. Portanto, pode-se considerar a média de pessoas por dia na alta temporada de duzentas a trezentas pessoas, as quais permanecem por quatro horas na ilha. Este limite de horas estabelecido vai ao encontro da idéia de Cooper (2001), o qual afirma que pode ser que os turistas tenham que aceitar tempos cada vez mais restritos de permanência nos locais visitados.

O presidente da ACM afirma que, além do número total de visitantes da ilha, as embarcações de cada associação têm uma quota de visitação. A ACM tem uma quota; a Associação dos Pescadores outra; Barra da Lagoa e Praia do Campeche também, não devendo ultrapassar-se esta quota. Os monitores têm o papel de não deixar ultrapassar as quotas de cada entidade associada. Caso este número seja ultrapassado, os donos das embarcações são submetidos a pagar multas, como ocorreu no ano passado, quando uma embarcação foi multada em dez mil reais por exceder sua quota.

O controle do fluxo de pessoas é realizado pelo IPHAN, através da AMAISC, Associação dos Monitores. Entretanto, ele não atinge todas as embarcações, pois apenas são fiscalizadas e é realizada a contagem dos passageiros dos barcos das associações cadastradas, as quais partem da Praia da Armação, as escunas da Barra da Lagoa e os infláveis da Praia do Campeche; não havendo controle dos barcos particulares que chegam à ilha. Desta forma, não é possível obter dados reais sobre o número de visitantes da ilha, principalmente na alta temporada. Entretanto, mesmo com este problema, de acordo com Mário Del Rey Mattos, presidente da Associação Couto de Magalhães, dificilmente o número contabilizado de visitantes chega ao limite de oitocentas pessoas por dia. Entretanto, o presidente da ACM afirma que, de agosto a outubro, normalmente, ocorre a visitação somente de membros, não chegando a dez pessoas por dia na ilha. Esta demanda ocorre de abril a outubro. O número registrado de visitantes da ilha é encaminhado ao Ministério Público Federal mensalmente.

O controle e coordenação das atividades marítimas é realizado pela AMAISC, com os próprios monitores que acompanham as trilhas, visitação às inscrições rupestres e mergulho contemplativo.

Segundo o presidente da ACM, desde 2004, a cada ano, na pré-temporada, o IPHAN, por meio da AMAISC, realiza o curso preparatório de monitores, o qual tem duração de 90 dias, no qual informações sobre a fauna, flora, história regional, arqueologia e educação ambiental são alguns dos temas abordados. No final do curso os alunos são submetidos a uma avaliação, na qual cada um é considerado aprovado ou reprovado. A partir deste resultado ele será monitor na alta temporada ou não. As regras que regem a realização do curso são feitas pelo Ministério Público Federal, por meio do Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

No que diz respeito à estrutura geral citada por Dutra (2003), o presidente da ACM afirma que, em relação ao esgoto, o sistema de saneamento é arcaico, sendo necessário efetuar a retirada dos dejetos da ilha. Devido a isso, foi realizado um estudo preliminar da situação atual, o qual indicou que anualmente seja realizada a limpeza de todas as fossas e caixas de gordura da ilha. Os dejetos são transportados para tonéis em uma embarcação através de bombeamento; e depois transportados para a Barra da Lagoa, onde um caminhão esperava para receber o material e levá-lo ao destino adequado para tratamento. O material que não pôde ser coletado por meio do bombeamento foi retirado à mão, com o auxílio de baldes.

Ele afirma que é evitado ao máximo o despejo de óleo de cozinha nas fossas para evitar a contaminação do solo, havendo o recolhimento deste por empresa especializada, e também a destinação do mesmo para comunidades que o utilizam como matéria-prima na produção de sabão.

Em relação a ações de preservação e recuperação do meio ambiente marítimo, o presidente da ACM afirma que estão sendo realizados estudos pelo Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina, com equipes que estão freqüentando os costões e a praia, com a finalidade de fazer um levantamento da situação atual. Este estudo está sendo realizado, também, por não haver registro de dados sobre a realidade do ambiente marítimo da Ilha do Campeche.

Foi constatado que, com a implantação do projeto de visitação coordenado pelo IPHAN, os impactos ambientais causados pela atividade de ecoturismo vêm diminuindo consideravelmente. Isto se deve também aos cursos de capacitação para monitores. Estudos técnicos também foram realizados para estabelecer limite diário de pessoas na ilha, assim como nas trilhas. Alguns resultados positivos alcançados pelo trabalho de monitoria ambiental foram observados, como: a diminuição do lixo encontrado nas trilhas, praia e costões; conservação dos sítios arqueológicos que hoje estão sinalizados, sendo que a visitação só é permitida com a presença de um monitor ambiental; assim como a conservação da flora terrestre a marinha, pois o mergulho também só é permitido com a presença de um instrutor autorizado, garantindo segurança aos visitantes e a conservação do habitat marinho (COSTA, 2007).

A autora afirma que os coordenadores do projeto de visitação fazem a fiscalização diária do funcionamento dos restaurantes, do transporte de visitantes, do limite de cotas diárias de pessoas na ilha, das condições de uso das trilhas e costões, da escala de trabalho e almoço dos monitores ambientais. Diariamente é feito um relatório pelos coordenadores que é encaminhado para o Ministério Público Federal, a fim de averiguar se há descumprimento do termo de ajuste de conduta (TAC), que é um documento que contém os limites, normas e deveres de todos os atores envolvidos no processo de visitação turística na Ilha do Campeche, que está de comum acordo entre os mesmos.

Além disto, o presidente da ACM afirma que, devido ao tombamento da ilha, a associação envia anualmente ao Ministério Público Federal declarações do responsável pela reciclagem do lixo; outra do responsável pela travessia do lixo e sua entrega à empresa coletora; e o contrato com a empresa responsável pelo recebimento do óleo de cozinha saturado da ilha.

Por fim, segundo as idéias de Pearce (2002), a ocorrência deste monitoramento cuidadoso é essencial para assegurar que mudanças negativas não surjam no futuro, evitando a destruição do ambiente da ilha.

#### **4.14 Identificação dos pontos turísticos e degradação ambiental com o ecoturismo**

A Ilha do Campeche possui alguns pontos turísticos, tais como: a praia; os mirantes e os costões rochosos, que também são admirados no mergulho livre realizado na ilha. Mas um dos seus principais pontos turísticos são os sítios arqueológicos existentes por toda a ilha, principalmente na parte leste.

De acordo com Boullón (1985) a Ilha do Campeche pertence à categoria lugares naturais e, dentro desta categoria, classifica-se no tipo “costas”. Mesmo pertencendo a esta classificação, também se pode observar a presença de características de outros tipos descritos pelo autor como, por exemplo, montanhas; grutas; locais de observação de fauna e flora; locais de pesca; caminhos pitorescos e reservas de fauna e flora.

Dentro do tipo “costas” a Ilha do Campeche é classificada no subtipo “ilhas”. Entretanto, da mesma forma que ocorre na classificação dos tipos, também se pode observar a presença de características de outros subtipos, como a praia e a enseada.

No caso da Ilha do Campeche, a ficha completada com dados para identificação estabelecida pelo autor é a seguinte:

- a) Nome: Ilha do Campeche
- b) Categoria: Lugares Naturais
- c) Tipo / Subtipo: Costas / Ilhas
- d) Hierarquia: IV
- e) Localização: 1,5 quilômetros a leste da Ilha de Santa Catarina
- f) Meios de Acesso: Embarcações.
- g) Número aproximado de visitantes: Verão: 250/dia - Outros períodos: 10/dia
- h) Épocas do ano de maior visitação: Janeiro e Fevereiro.
- i) Características que lhe dão interesse turístico: inscrições rupestres; praia; trilhas terrestres; mergulho contemplativo; pesca amadora; fauna e flora.



De acordo com a avaliação dos atrativos turísticos de Boullón (1985) a Ilha do Campeche é pertencente à hierarquia IV, pois, devido à quantidade e diversidade de características que lhe dão interesse turístico, a mesma pode ser considerada um atrativo excepcional, de grande significação para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente de visitantes.

Por serem muito visitados, os sítios arqueológicos, assim como as trilhas, sofrem com problemas de degradação ambiental. Os principais impactos causados são o pisoteio da vegetação, introdução de espécies exóticas, compactação e erosão do solo, coleta de material, vandalismo, poluição dos recursos hídricos e perturbação da fauna (COSTA, 2007).

Este fato vai ao encontro da idéia de Barbosa (2004) de que o aumento de práticas turísticas predatórias vem pondo em risco um patrimônio ambiental de significativa importância e beleza, considerando a vulnerabilidade não só dos ecossistemas aquáticos, mas também dos terrestres, interferindo sobremaneira em seus estados de conservação. Devido aos impactos observados, pode-se perceber a ocorrência da pressão do volume citada por Cooper (2001), a qual consiste na perturbação da vida selvagem, danos à vegetação e danos a áreas selvagens.

Costa (2007) afirma que o IPHAN, como órgão responsável pelo trabalho de visitação turística na Ilha do Campeche desde o seu tombamento, no ano de 2000, vem realizando uma série de análises e estudos técnicos para averiguar se há condições adequadas para a prática da visitação turística, assim como de impor limites diários de visitantes na ilha, nas trilhas e no mergulho livre. A fiscalização do cumprimento desses limites, a demarcação dos sítios arqueológicos, feita com cordas e placas informativas, assim como a qualificação dos monitores ambientais, vem diminuindo a degradação ambiental causada pela atividade ecoturística.

De acordo com o presidente da ACM, os maiores impactos observados no ambiente marítimo da ilha são provenientes da pesca artesanal. Ele afirma que os pescadores deveriam passar por uma capacitação, para realizar esta pesca com maior zelo, até mesmo para que esta pesca não se extinga. Isto se deve principalmente à pesca com rede.

Em relação ao entorno da ilha ele cita um problema sério com a praia pelo fato desta não possuir um trapiche, em decorrência disso, as embarcações param na beira da praia para desembarcar seus visitantes e, em seguida, atracam de cem a trezentos metros da praia, na área demarcada com bóias pela Capitania dos Portos. Isto requer que as embarcações



utilizem a âncora duas vezes em cada embarque: uma na chegada à praia, no momento do desembarque dos passageiros; e outra quando o desembarque é finalizado, a aproximadamente trezentos metros da praia, quando a âncora é novamente utilizada para o fundeio, impactando na vida marinha do fundo do mar do local.

De acordo com o presidente da ACM, na alta temporada, o número de embarcações que levam turistas à ilha passa de quarenta, portanto pode-se observar uma média de 80 ancoragens por dia. Entretanto, infelizmente as autoridades responsáveis não se deram conta desse impacto, proibindo, ainda, a implantação do trapiche.

Além disso, ele afirma que esse trapiche permitiria, também, um controle mais efetivo e eficaz dos desembarques na ilha na área destinada ao desembarque de passageiros, o qual é realizado por monitores na alta temporada de verão. Já na outra região da praia, ocorre o acesso livre à ilha, proveniente de embarcações particulares. Portanto não ocorre um controle rigoroso de absolutamente todos os visitantes da ilha, além de não ocorrer controle algum fora do verão e feriados nacionais, devido à baixa demanda de visitantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo foi delineado a partir do objetivo de diagnosticar as atividades de ecoturismo marítimo na Ilha do Campeche, Florianópolis, no período de agosto a outubro de 2008, considerando-se a dimensão territorial como fator limitante da análise.

Diante dos objetivos pretendidos com a pesquisa, pôde-se analisar os impactos do processo de desenvolvimento econômico sobre o ambiente de ecoturismo marítimo da Ilha do Campeche; propor alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo marítimo sustentado na ilha; e analisar a Ilha do Campeche, com base no estudo do Professor Roberto Boullón (1985) "Planejamento do Espaço Turístico". Por fim, chegou-se a uma conclusão sobre a atual situação do ecoturismo marítimo na ilha.

É incontestável a importância da sustentabilidade na prática do turismo, evitando que esta seja predatória e ponha em risco o patrimônio ambiental. Neste contexto, o planejamento e gerenciamento do ambiente turístico são fundamentais, pois permitem fiscalizar e controlar o local, além de estipular a capacidade de carga que o mesmo comporta, visando à preservação ambiental.

Nesta realidade surge o ecoturismo, o qual consiste em um dos meios de conservar a diversidade ecológica, oferecendo maior valor econômico para a conservação da flora e da fauna.

Após a revisão teórica da literatura sobre o tema de estudo, foram realizadas a análise documental e uma entrevista com o presidente da Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche, as quais possibilitaram a coleta dos dados necessários para a realização da análise.

Ao se analisar cada um dos objetivos específicos, pôde-se verificar que, em relação à avaliação dos atrativos turísticos da ilha, com base no estudo do Professor Roberto Boullón (1985), a Ilha do Campeche é pertencente à hierarquia IV. Isto é devido à quantidade e diversidade de características que lhe dão interesse turístico, fazendo com que a mesma seja considerada um atrativo excepcional, de grande significação para o mercado turístico internacional, capaz, por si só, de motivar uma importante corrente de visitantes.

No que diz respeito aos impactos do processo de desenvolvimento econômico sobre o ambiente de ecoturismo marítimo da ilha, foram detectados: baixa concentração de coliformes nas águas ao redor da ilha, os quais, de acordo com Dutra (2003) se acumulam na

superfície da água impedindo a entrada de luz, impossibilitando a fotossíntese dos vegetais que ali habitam; ausência de poluição por contaminação da água superficial em decorrência do lixo que, para Ferreti (2002) consiste em uma das principais fontes de poluição da água, já que este é recolhido da praia duas vezes ao dia.

Além disso, também foi detectada a pesca artesanal predatória, a qual pode vir a causar sua própria extinção, não seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável, devido ao grande número de peixes que são coletados com as redes; a perturbação da vida marinha do fundo do mar do local, devido à atracagem das embarcações, a qual é ocasionada em decorrência da ausência de trapiche na ilha; e o sistema de saneamento arcaico, entretanto, devido à limpeza anual das fossas e caixas de gordura da ilha, isto não incorre em impacto ao ambiente marítimo.

Em relação a propostas de alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo marítimo sustentado na ilha, a pesquisadora apóia a necessidade de implantação de um trapiche na ilha, o qual exterminará a perturbação da vida do fundo do mar decorrente das atracagens, além de permitir um controle mais efetivo e eficaz dos desembarques na ilha.

A pesquisadora também apóia a implantação do centro de visitantes proposto pela ACM, o qual, se construído, constituirá um local adequado para a recepção de um grande número de pessoas simultaneamente, as quais serão providas de informações sobre a ilha em diferentes idiomas, com imagens e vídeos explicativos, possibilitando um melhor conhecimento da ilha como um todo e a sua conservação. Este centro de visitantes *proporcionará um dos benefícios do turismo sustentável* citados por Beni (1997), o qual afirma que este é um eficiente meio para promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais.

Outra proposta é que as informações sobre a ilha e atividades nela permitidas e proibidas já sejam fornecidas aos visitantes nas próprias embarcações, antes da chegada na ilha, visando a concentração destes ao receberem as orientações.

Sugere-se, também, que seja realizada a contagem de visitantes provenientes de embarcações particulares, com o intuito de obter dados mais precisos sobre o número total de visitantes na ilha, já que atualmente é feito o controle apenas do número de visitantes das embarcações cadastradas. Isto permitirá o melhor gerenciamento do local, o qual é importante para a sua conservação.

Além disso, propõe-se que seja elaborado e implantado um plano de gerenciamento costeiro em Florianópolis, que oriente a utilização dos recursos na zona costeira, de forma a contribuir para a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, contemplando, também, a Ilha do Campeche. Este plano deve assegurar o desenvolvimento de infra-estrutura adequada para a recepção das embarcações dos visitantes da ilha, permitindo a prática da visitação de forma sustentável.

A legislação ambiental vigente e o acompanhamento do Ministério Público da União foram determinantes para a sustentabilidade do espaço da Ilha do Campeche, pois, se não há processo institucional regulamentando as atividades praticadas na ilha, seus visitantes acabam não respeitando os princípios da sustentabilidade. Desta forma, o Estado tem importante papel coibitivo que ajuda na preservação da ilha.

Pode-se afirmar que há ações de preservação ambiental na Ilha do Campeche, por meio da fiscalização e controle do espaço; da capacitação de monitores ambientais; do limite diário de visitantes, o qual ameniza os impactos causados pelo turismo de massa e visa a utilização equilibrada do ambiente, preservando o mesmo para as gerações futuras; da reciclagem, compostagem e retirada diária do lixo produzido; da limpeza anual das fossas e caixas de gordura; da informação e acompanhamento de visitantes; da parceria com o Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina para levantamento da situação atual da ilha; e elaboração do plano de gestão ambiental da ilha. Desta forma, verifica-se que estas ações realizadas pelos órgãos responsáveis pelo gerenciamento da Ilha do Campeche seguem os princípios do turismo sustentável.

Por fim, mesmo observando a conservação da Ilha do Campeche, deve-se considerar que ela integra o sistema da Ilha de Santa Catarina, estando situada a apenas um quilômetro e meio da mesma, a qual vem sofrendo forte crescimento populacional e intensa prospecção imobiliária, que acarretam na depredação ambiental. Desta forma, tendo em vista que o ambiente marítimo é comum às duas ilhas, surge uma questão: mesmo havendo ações de preservação da Ilha do Campeche, até que ponto esta irá se manter sustentadamente?

**REFERÊNCIAS**

- ARRILAGA, José Ignácio de. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.
- BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros. **Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas**. São Paulo: Aleph, 2004.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1997.
- BOO, Elizabeth. **O planejamento ecoturístico para áreas protegidas**. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2. Ed. São Paulo: Ed. SENAC/São Paulo 1999.
- BOULLÓN, Roberto C. **Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos**. 3. Ed. Buenos Aires: Ediciones turísticas de Mário Banchik, 2003.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planificación del espacio turístico**. Benito Juarez: Editorial Trillas, 1985.
- BRANDON, Katrina; MARGOLUIS, Richard. **Structuring ecotourism success: framework for analysis**. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org>>. Acesso em: 28 ago. 2008.
- BRASIL. **Diretrizes para uma política de ecoturismo**. Brasília: MICT/MMA – EMBRATUR/IBAMA, 1994.
- BRUHNS, Heloísa Turini. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloísa Turini. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.
- CALLENBACH, E. *et al.* **Gerenciamento ecológico**. In: Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis. São Paulo: Cultrix, 1993.
- CASTRO, C. M. de. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.
- CHAMAS, Cíntia Aparecida Pereira Costa. A evolução do processo de visitação na Ilha do Campeche. In: Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Universidade do estado do Rio de Janeiro – UERJ. Grupo de Estudos Ambientais – GEA, 2005.
- CHAMAS, Cíntia Aparecida Pereira Costa. Artigo: **A evolução no processo de visitação na Ilha do Campeche**. Arquiteta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Florianópolis, 2005.
- CHAMAS, Cíntia Aparecida Pereira Costa. **Conservação de um patrimônio arqueológico e paisagístico: estudo de caso da Ilha do Campeche – Florianópolis / SC**. Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

COOPER, Chris. **Turismo: Princípios e práticas**. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COSTA, Tatiana. **Uso da maquete geográfica na atividade de ecoturismo e educação ambiental na Ilha do Campeche, município de Florianópolis – SC**. Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DE MAIS, M. A. N. A arte pré-histórica na Ilha do Campeche. **Revista de Arqueologia**. [Org. Anderson Loureiro]. Florianópolis: S.R./SC – IPHAN, 2006. p.47-56.

DEMAJOROVIC, Jaques. **A política tradicional de tratamento de lixo à política de gestão de resíduos sólidos: as novas prioridades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: FGV, v.35, n.3, p. 88/93, mai/jun 1995.

DONAIRE, D. **Interiorização da variável ecológica na organização das Empresas Industriais**. São Paulo, 1992. 209 p. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: Atlas, 1995.

DUTRA, Eduardo Duarte. **Estudo sobre os impactos ambientais causados pelos tipos de ecoturismo praticados na Ilha de Santa Catarina e região**. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.

FILHO, João Di Pietro. **Ilha do Campeche: A importância do estudo de capacidade de carga**. Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 2193, de 03 de janeiro de 1985. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos balneários da ilha de Santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico. Disponível em <<http://leismunicipais.com.br/sc/florianopolis/>>. Acesso em 20 ago. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai/jun. 1995.

GOODE, William Josiah. **Métodos em Pesquisa Social**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GREEN AND GROWING. **Lesson 1 – agricultural history and sustainable development**. From ground up: Internet, 1998.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. de. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1990.



- LUCAS, Keler. **A arte rupestre do município de Florianópolis**. Florianópolis: Rupestre, 1998.
- LUCAS, Keler. **A arte rupestre em Santa Catarina**. Florianópolis: Rupestre, 1996.
- MAIMON, D. **ISO 14000: Passo a passo para a implementação em pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: QualityMark, 1999.
- MARTINS, G. A. de. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- MAZZER, A. M. **Aspecto da ecologia da paisagem da Ilha do Campeche (Florianópolis-SC): uma contribuição ao manejo insular**. Mestrado em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como um fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- PAULI, Gunter. **Emissão zero: a busca de novos paradigmas**. Porto Alegre: Edipuers, 1996.
- PEARCE, Douglas G. **Desenvolvimento em turismo: Temas Contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- REVISTA Turismo – Visão e Ação. Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria – Mestrado. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2002.
- RODRIGUES, Ana Maria Torres. **Diagnóstico da malacocultura catarinense em apoio à gestão costeira: subsídios ao zoneamento da atividade, ordenamento pesqueiro, licenciamento ambiental e a autorização de uso do espaço físico marinho em águas de domínio da União**. Doutorado em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- ROESH, Sylvia Maria Azevedo. **O relato de casos para o ensino, com o apoio na literatura**. Programa de pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- ROHR, João Alfredo. **Petróglifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes**. Pesquisas, Porto Alegre, n. 19, 1969.
- ROS, José Pedro da. **Turismo: Algumas memórias sobre a Ilha do Campeche / Florianópolis**. Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2000.

SILVA, Telma Domingues da. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo.; BRUHNS, Heloísa Turini. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papyrus, 1997.

SOUZA, A. C, de; FILHO, F. A. P; OTANI, N. **TCC: Métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Ed. Aleph, 2000.

TOMANIK, E A. **O olhar no espelho: "conversas" sobre a pesquisa em ciências sociais**. Maringá: EDUEM, 1994.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VERGARA, S. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

WEARING, Stephen. **Ecoturismo: Impactos, tendencias y posibilidades**. Madri: Sintesis, 1999.

WESTERN, David. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2. Ed. São Paulo: Ed. SENAC/São Paulo, 1999.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Huatec, 1996.

**APÊNDICE – Entrevista**

1. Quando surgiu a Associação? Por quê? Quem foi seu fundador?
2. Qual era o objetivo da Associação na época? Houve mudanças? Por quê?
3. Qual a sua opinião sobre a realidade do entorno da ilha?
4. Que tipo de problema pode causar?
5. Qual o impacto disso sobre o ecoturismo marítimo?
6. Quais os meios de acesso à Ilha do Campeche?
7. Quantas embarcações fazem o transporte e de onde partem?
8. Como é feito o controle destas embarcações? Há um controle do tráfego marítimo?
9. A quantos metros da praia as embarcações param?
10. Qual o número aproximado de visitantes?
11. Existe algum tipo de instrução aos visitantes na chegada à ilha? Qual?
12. Como ocorre o controle do fluxo de pessoas?
13. Qual a época do ano de maior visitação?
14. Os visitantes são provenientes de onde? Mercado estadual, nacional, internacional?
15. Existe um limite máximo de visitantes por período? Qual?
16. Qual a permanência das pessoas na Ilha?
17. Quais características lhe dão interesse turístico?
18. Quais são as atividades marítimas permitidas? Por quê?
19. Quais as instruções dadas para a realização destas atividades?
20. Como se dá o controle destas atividades?
21. Qual a duração do mergulho sub aquático?
22. Existe número máximo de pessoas para esta atividade?
23. Quais os impactos observados no ambiente marítimo?
24. Existem ações de preservação e/ou recuperação do meio ambiente marítimo?
25. O que é feito com o lixo gerado na ilha? E com o esgoto?